



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 6/2014
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 19-12-2014**

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 6 da Sessão Ordinária de 19-12-2014

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -19 de dezembro de 2014-----

INICIO - quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto.....PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva.....PS

MEMBROS - Mário João Menezes PaivaPS

Vítor Frederico da Silva Figueiredo PaisSOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da CunhaPS

João Gomes LopesSOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Fausto Fernando Santos LoureiroPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoSOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Luís Manuel Mendes RibeiroPS

Vânia Isabel Duarte BatistaSOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes CorreiaPS

Mário da Silva EstevesSOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva AntunesPS

José Augusto Fernandes MateusPS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaSOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Natália Jerónimo PiresSOMOS FIGUEIRA

Fernando Miguel Gonçalves PereiraPS

Ricardo António Gonçalves de Matos QueridoSOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos SantosBE

Carlos Cabete Cação de JesusSOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes OliveiraCDU

Celso Fernandes de MoraesSOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins BentoPS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo AcúrcioINDEPENDENTE

(Buarcos) José Manuel Matias TavaresPS



(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS
(Lavos) José Elísio Ferreira de OliveiraINDEPENDENTE
(Maiorca) Filipe Humberto Mateus DiasSOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas) Manuel da Conceição Rodrigues NadaPS
(Moinhos da Gândara) Paulo Manuel Querido RodriguesSOMOS FIGUEIRA
(Paião) João Paulo Gonçalves PintoPS
(São Pedro) António Manuel dos Santos SalgueiroPS
(Tavarede) Victor Manuel dos Santos MadalenoPS
(Vila Verde) Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS
Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

José Manuel Pereira da Costa por Ricardo António Gonçalves de Matos Querido, Ana Elisabete Laborda Oliveira por Carlos Cabete Cação de Jesus e Carlos Manuel da Silva Rabadão por Celso Fernandes de Moraes.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificaram a sua ausência os membros da Assembleia Municipal Maria Fernanda Marques Lorigo, José Manuel Pereira da Costa, Ana Elisabete Laborda Oliveira e Carlos Manuel da Silva Rabadão.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

TOMADA DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO, ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS SALGUEIRO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Vamos agora proceder ao ato de integração do novo Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro no órgão Assembleia Municipal da Figueira da Foz e passo a ler:-----

«Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, nesta Cidade da Figueira da Foz e no Salão Nobre dos Paços do Município, na sequência da Eleição Intercalar para a Assembleia de Freguesia de São Pedro, ocorrida em dezanove de outubro de 2014, e cujos resultados foram oficialmente proclamados na 1.ª Série do Diário da República de dez de novembro do mesmo ano, compareceu para integrar, por direito próprio, o órgão deliberativo do Município, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro, António Manuel dos Santos Salgueiro».-----

De seguida, o cidadão prestou o juramento legal, tendo o Documento Complementar à Ata da Instalação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz sido assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal, Primeiro Secretário, Segundo Secretário



e pelo empossado.-----

O Presidente desejou ao recém-empossado votos de uma proveitosa experiência como autarca e membro desta Assembleia Municipal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Uma coisa muito positiva que aconteceu hoje nesta sala foi a tomada de posse de António Santos Salgueiro. Aparte as picardias, eu queria felicitar o António Santos Salgueiro. Não será, provavelmente, um marinheiro de primeira viagem porque pertenceu a outros executivos. Desejo-lhe as maiores felicidades para os próximos três anos de mandato."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

1. - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente, diversos convites do Presidente da Câmara Municipal e de várias coletividades para os respetivos aniversários e estar presente em eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2. - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 - APRESENTADA CONJUNTAMENTE PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO BLOCO DE ESQUERDA E PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "O Orçamento do Estado para 2015, aprovado no parlamento, aprofunda a asfixia financeira do poder local. Centraliza recursos financeiros e restringe a autonomia das autarquias.-----

Combater o défice e a dívida tem sido o pretexto do governo para impor cortes. Em todo o país, a austeridade, um programa político do PPE e da coligação de direita PSD/CDS-PP, está a empobrecer os trabalhadores, a dismantelar o Estado Social, a transferir em cada ano mais de três mil milhões de euros dos rendimentos do trabalho para o capital. O governo reduz os salários, as pensões e outras prestações sociais, institui o saque fiscal. Mas as políticas do PSD e CDS/PP não diminuíram a dívida. Ao contrário, desde junho de 2011, a dívida direta do Estado cresceu mais de mil milhões de euros por mês, 37 milhões de euros por dia e ultrapassou em setembro último 220 mil milhões de euros, o maior valor de sempre...-----



Para além de agravar as restrições financeiras aos municípios, o Orçamento do Estado para 2015 não prevê sequer a redução para a taxa mínima (6%) do IVA aplicável à iluminação pública, como tem sido reivindicado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. E embora os impostos que servem de referência às transferências financeiras tenham aumentado mais de 17%, foram subtraídos cerca de 188 milhões de euros no valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro a mais de 50 municípios, segundo a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Figueira da Foz, reunida em 19 de dezembro de 2014:-----

Manifesta a sua profunda discordância face ao Orçamento do Estado para 2015 que dá continuidade às imposições da Troika, exigindo a reposição de condições de financiamento que respeitem a autonomia local e possibilitem um desenvolvimento local sustentável, integrado e solidário.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Em primeiro lugar, queria falar da outra Moção sobre o Orçamento do Estado de 2015, que o Presidente da Assembleia Municipal tem na Mesa. O Bloco de Esquerda teve a simpatia de nos contactar, e julgo que aos restantes grupos municipais, no sentido de se elaborar uma Moção conjunta. Sem nenhum demérito para com a Moção do deputado municipal João Paulo Tomé, nós não aceitamos essa sugestão e não prescindimos da leitura da nossa. Isto, por uma razão muito simples, a nossa parece-nos mais completa, rigorosa e exaustiva do ponto de vista da análise daquilo que nós consideramos ser o Orçamento do Estado de 2015.-----

Entretanto, não é nossa prática entregar as Moções à Mesa. Costumamos ficar com elas e apresentá-las no momento em que achamos ser útil. Se nesta Assembleia Municipal se acordar um procedimento diferente, cá estaremos nós para o acatar.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Quando há duas semanas atrás tomei a iniciativa, através do Presidente da Assembleia Municipal, de fazer chegar a todos os partidos que, eventualmente, se poderiam associar àquilo que é um menor múltiplo comum a nível das esquerdas, achei que isto seria um bom primeiro passo.-----

Não é extremando demasiado as posições que poderemos chegar a algum lado, mas precisamos de ter uma política no país que combata definitivamente os problemas do desemprego, do desinvestimento e que proporcione um aumento sustentável do



emprego que nos permita recuperar a economia. Por isso demos este passo. No entanto, a nossa posição nunca será a de contrariar qualquer passo que seja dado no mesmo sentido do nosso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Em relação a esta Moção do Bloco de Esquerda, gostaria de deixar duas ou três notas muito rápidas.-----

Ficamos à espera da argumentação muito mais fundamentada da Coligação Democrática Unitária, mas não sei se valeria a pena discutirmos as duas Moções em conjunto, uma vez que dizem respeito ao mesmo assunto. Dessa forma, escusaríamos de estar aqui a duplicar argumentações. Portanto, propunha ao Presidente da Assembleia Municipal que a Coligação Democrática Unitária apresentasse a sua Moção para, depois, discutirmos as duas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “O grupo municipal do Partido Socialista associou-se a esta Moção do Bloco de Esquerda, contudo, compartilha a ideia da Coligação Somos Figueira. Se, efetivamente, o grupo municipal da Coligação Democrática Unitária quiser ler a sua Moção e se isso for permitido, até poderemos chegar aqui a uma Moção conjunta mais reforçada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Não tenho nenhum problema que se siga a metodologia proposta pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco. Foi lida uma das Moções, agora, leríamos a outra e como o assunto é genericamente o mesmo discutiríamos as duas em conjunto. Depois, votaríamos as duas individualmente. Não fiquei com a ideia de que seria para juntar as duas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “A ideia era discutir em conjunto as duas Moções porque respeitam a um mesmo tema, mas no fim seriam votadas separadamente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Mesmo que não seja para unir as duas Moções, o grupo municipal do Partido Socialista nada tem a opor.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Esta coisa de ser independente tem umas vantagens bestiais. É que não se tem de prestar fidelidade a nenhum partido político. Eu digo já, claramente e de forma inequívoca, que vou votar contra essa Moção e vou votar contra a Moção da Coligação Democrática Unitária, embora eu ainda não a



tenha lido, mas não é difícil adivinhar o seu conteúdo...-----
O Orçamento do Estado enferma das mesmas virtudes e dos mesmos defeitos que o Orçamento Municipal. São ambos feitos num clima de recessão, são ambos restritivos, dirigidos a situações muito concretas tendo em vista o desenvolvimento e investimento possível e, portanto, eu se votasse a favor destas Moções não teria outra alternativa se não votar contra o Orçamento Municipal.-----

Quero que fique claro que vou votar a favor do Orçamento Municipal, não por subserviência por ser Presidente de Junta de Freguesia e se votar contra o Presidente da Câmara não me manda para lá um carrinho de tout-venant... Não é nada disso! É por entender que a Câmara vive a mesma situação difícil que vive o país, tem de ser seletiva quanto às suas propostas, herdou uma situação financeira difícil e, no seu Orçamento Municipal, está a tomar as opções possíveis, dentro dos condicionalismos em que se movimenta.-----

E este Governo, que eu acho que tem sido de uma coragem extraordinária, tem enfrentado o touro pelos cornos sem medo e sem tibieza, salvou-nos de situações que nós não saberíamos sequer avaliar (porque só passando por elas). Não se esqueçam os senhores do Partido Socialista que este Governo herdou o pântano, para usar uma expressão de um antigo Primeiro Ministro do Partido Socialista, António Guterres.-----

Vamos ser coerentes com nós próprios. Já devem ter percebido que o Partido Comunista Português não quer ser envolvido na mesma discussão do Bloco de Esquerda e lamento que o Partido Socialista tenha ido a reboque da proposta do Bloco de Esquerda."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Neste momento, eu gostaria de ter podido prescindir do meu direito de resposta. Mas eu não confiro autoridade política e moral ao Presidente da Junta de Freguesia de Lavos para avalizar das atitudes e opções do Partido Comunista Português, com ou sem a sua ligação com os Verdes.-----

São múltiplas as atividades em que temos estado juntos, nós Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, e daqui para a frente estaremos juntos, ou não, só o futuro o dirá, e quem estará vivo amanhã, também, só Deus sabe.-----

A superioridade intelectual que se vai comprar à Feira da Marinha das Ondas, ou não sei aonde, é uma coisa que me vai tirando a paciência! Normalmente sou uma pessoa doce, mas há insultos que se não podem tolerar!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----



JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Lamento muito a intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, porque eu não ofendi ninguém. Tenho todo o direito de politicamente concordar ou discordar das propostas do Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda, ou sejam de quem forem. Não sou obediente a nenhum partido.-----

Se alguém ofendeu alguém, foi a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz ao dizer que eu tinha ido buscar a minha superioridade intelectual à Feira da Marinha das Ondas. Quanto a ela não sei se foi à Feira da Ladra, Carcavelos, Moita, ou a outro lado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Direi ao deputado municipal José Elísio Oliveira que eu não falei em intelectualidade, mas em superioridade intelectual, que não é a mesma coisa. Por isso, não se sinta ofendido.-----

Como estamos no Natal e eu não sou pessoa de quezílias e de «brincas», peço desculpa se a minha referência à Feira de Marinha das Ondas o magoou."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Em função da intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, eu também lhe peço desculpa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, e da Coligação Somos Figueira, Vitor Figueiredo Pais, e Isabel Gaspar Sousa, deliberou, por maioria, com vinte sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e onze votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Moção sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2015, subscrita conjuntamente pelos grupos municipais do Bloco de Esquerda e Partido Socialista, no sentido da Assembleia Municipal manifestar a sua profunda discordância face ao Orçamento do Estado para 2015, que dá continuidade às imposições da Troika, e exigir a reposição de condições de financiamento que respeitem a autonomia local e possibilitem um desenvolvimento local sustentável, integrado e solidário.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



B - MOÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 - APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Considerando que:-----

- O agravamento do fosso entre o volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na Lei das Finanças Locais, aferida a uma percentagem da média dos três impostos que relevam para o Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo de Financiamento das Freguesias (para uma variação de 17% entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA + IRS + IRC, a variação proposta na alínea a) do art.º 85.º é de 1,5%);-----
- Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007), que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, a Proposta de Orçamento do Estado consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja, mais de 85 milhões de euros que em 2014 (1.785 milhões de euros em vez de 1.726 milhões de euros). Adicionalmente, faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5%, não referenciada como a Lei determina ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social Municipal, mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos «acertos» para impedir o aumento devido de transferências, o Fundo de Equilíbrio Financeiro seja «martelado» de tal maneira que há Municípios a perder 10% e mais desse montante (os Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto veem o Fundo de Equilíbrio Financeiro reduzir-se, respetivamente, em 15 e 19 milhões de euros!!);-----
- A verba autónoma para Transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no Fundo Social Municipal;--
- Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para a área Metropolitana e Comunidade Intermunicipal, num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 05 milhões de euros no seu conjunto;-----
- Estabelece a consignação do crescimento do Fundo de Equilíbrio Financeiro resultante da Lei das Finanças Locais à realização da participação do Fundo de Apoio Municipal e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);-----
- Impõe restrições no domínio dos recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores;----
- Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do Fundo Social Municipal no domínio da Educação, com



devolução das verbas não gastas;-----

• Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo: tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao Serviço Nacional de Saúde; retenção a favor da Direção Geral das Autarquias Locais, de 0,1% do Fundo de Equilíbrio Financeiro; por «violação» da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias, não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL; por «violação» de não redução de trabalhadores; pela «violação» das disposições sobre pessoal dirigente; pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; por não cumprimento da consignação do aumento IRS + IVA.-----

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em 19 de dezembro de 2014, delibera:-----

1 - Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais de Municípios e das Freguesias posições firmes contra as propostas do Orçamento do Estado de 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento;-----

2 - Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os Municípios e Freguesias;-----

3 - Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este Orçamento, solidarizando-se com a sua luta;-----

4 - Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo Estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.-----

5 - Remeter esta Moção aos órgãos de soberania, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias e divulgá-la junto da população."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "O grupo municipal da Coligação Somos Figueira vai votar contra as duas Moções.-----

Em primeiro lugar, porque não nos parece que seja interessante a Assembleia Municipal do Concelho da Figueira da Foz estar a pronunciar-se sobre um documento já aprovado em Assembleia da República. E também porque a Moção da Coligação Democrática Unitária aborda assuntos que transcendem o próprio Concelho da Figueira da Foz. Fala-se em muitas coisas que não têm propriamente a ver com a realidade do Concelho.-----



Esta instrumentalização constante da Assembleia Municipal da Figueira da Foz para assuntos que transcendem a Figueira da Foz, tem de ser revista, nomeadamente pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.-----

Em relação ao texto da Moção do Bloco de Esquerda, à qual o Partido Socialista se associou, eu sinto alguma preocupação. Eu sei que o novo líder do Partido Socialista a nível nacional disse que ia virar à esquerda, mas também não era preciso tanto. O Partido Socialista da Figueira da Foz associar-se a um texto tão pobre de argumentação como este, fica-lhe mal. Eu preferia que o Partido Socialista elevasse o seu discurso, designadamente quando aqui se lê que a dívida direta do Estado cresceu mais de mil milhões de euros por mês, a partir de junho de 2011. Então, meus caros, vocês deixaram o país na bancarrota, nós tivemos de pedir assistência internacional e agora a dívida cresceu?!!! Claro, tinha de crescer!-----

Em segundo lugar, as coisas deveriam ser discutidas com um propósito e com verdade. Foi publicado um comentário ao parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Orçamento do Estado, que a meu ver não foi contestado. E esse comentário diz que o Orçamento do Estado para 2015 prevê um aumento das transferências orçamentais, novas regras sobre recursos humanos das autarquias que não estão sobre endividadas, nova regulação dos pagamentos ao Serviço Nacional de Saúde, um quadro de descentralização de competências e regras especiais relativamente a empréstimos e acordos de pagamento. Este comentário, que não foi desmentido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, diz ainda que há um aumento de 108 milhões de euros das transferências orçamentais, considerando o Fundo de Equilíbrio Financeiro e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, e inclusivamente, que os municípios portugueses muito vão beneficiar, por exemplo, com o acréscimo de Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Portanto, quando se quer falar do Governo, pelo menos, que haja verdade na argumentação. Da parte do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária não nos surpreende este tipo de argumentação, mas ficamos descontentes com o facto do Partido Socialista da Figueira da Foz se associar a este tipo de argumentário."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, fiquei espantado com a sua intervenção e a incongruência das suas palavras.-----

O senhor acusa a Assembleia Municipal de estar a tratar de assuntos nacionais,



como o Orçamento do Estado, de fazer palco para esses mesmos assuntos, mas ao mesmo tempo levanta questões relacionadas com a estratégia do Partido Socialista a nível nacional, a posição do nosso Secretário-Geral e a nossa associação à Moção do Bloco de Esquerda. Sejamos coerentes! O Orçamento do Estado diz respeito também aos municípios, sejam eles o de Braga, Guarda ou Figueira da Foz. O Orçamento do Estado toca-nos a todos.-----

É muito bom que o Orçamento do Estado seja aqui debatido, não exaustivamente, mas, pelo menos, nos seus pontos gerais, nomeadamente nas matérias que prejudicam ou beneficiam os municípios da Figueira da Foz.-----

Relativamente às propostas apresentadas, o grupo municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, e abster-se quanto à proposta subscrita pela Coligação Democrática Unitária, porque o facto de uma Moção ser lida não nos permite fundadamente analisar a mesma. Pela sua leitura, entendemos que algumas das considerações da Coligação Democrática Unitária extrapolam um pouco a análise e a crítica ao Orçamento do Estado de 2015.-----

Entendemos até que as Moções poderiam ser apresentadas com algum tempo de antecedência para melhor serem analisadas pelos grupos municipais, mas aí teríamos de fazer uma alteração ao Regimento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Tenho pena que se adjective a nossa argumentação de pobre. O Orçamento do Estado implica restrições aos Orçamentos Municipais, e eu dir-lhes-ei onde quando discutirmos o Orçamento Municipal. A dívida nacional subiu e ainda hoje continua a subir, e isso nada tem a ver com o «pântano» anterior. Cortar sim, mas não nos salários, reformas e saúde. Chega!-----

Um pouco em desacordo com a maioria das pessoas, eu queria chamar a atenção que de esquerda é todo aquele que tem preocupações sociais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Quero subscrever algumas das palavras ditas pelo deputado municipal Nuno Melo Biscaia, no que concerne ao conceito de nacional e local. A política nacional afeta a mais pequenina aldeia do país, e esta Assembleia Municipal tem toda a legitimidade para discutir questões nacionais, porque delas depende a sua vida, a sua qualidade de vida e o seu bem estar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, e da Coligação Somos Figueira, Vitor



Figueiredo Pais, e Isabel Gaspar Sousa, deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros da Coligação Democrática Unitária, vinte e três abstenções dos membros do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e onze votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, rejeitar a Moção sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2015, subscrita pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, no sentido da Assembleia Municipal exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os Municípios e Freguesias; protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este Orçamento, e reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo Estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

C - MOÇÃO CONTRA A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvana Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Apesar de ter existido uma reunião de estruturas representativas dos professores com o Secretário de Estado da Administração Escolar e com o Secretário de Estado da Administração Local a propósito do processo de municipalização da educação em curso, os «esclarecimentos» recolhidos, não dão, no entanto, tranquilidade e segurança aos professores e educadores.-----

O Governo insiste num absurdo (ou não!!) secretismo, à sombra do qual tem vindo a desenvolver este processo, nomeadamente, recusando-se teimosamente a divulgar os concelhos onde desenvolve negociações com as câmaras municipais. Porquê? É esta a transparência de atuação e de processos que nos são tão amiudadamente «vendidos»? Diz o Governo que, para além das câmaras municipais, conhecem o processo todos os diretores e presidentes dos conselhos gerais das escolas e agrupamentos envolvidos, ou seja: um grupo de «iniciados», no sentido filosófico do termo! Continua sem explicação o facto de os professores permanecerem afastados da discussão desta importante matéria para a Escola Pública e para a profissão docente.-----

O Governo esforçou-se por afirmar que os docentes ficam fora deste processo de



municipalização, acrescentando que «por enquanto», mas fica por explicar a razão pela qual as câmaras poderão recrutar um quarto dos profissionais, fazer a gestão dos docentes no território municipal e utilizar o incentivo financeiro para reduzir/dispensar professores e educadores.-----

Fica também claro que, neste processo, as escolas verão amputados alguns dos seus poderes que passarão para as câmaras municipais.-----

Desta tribuna apelamos à participação dos professores e educadores neste processo, nomeadamente tomando posição nas suas escolas em reuniões de Conselhos Gerais, Conselhos Pedagógicos, Departamentos, Conselhos de Docentes. Assume também particular importância a subscrição da petição contra esta medida e que pode ser assinada por quem estiver contra esta medida que, a efetivar-se, «renderá» 13.600 euros a cada Câmara Municipal que «dispensar» um docente (quer dizer: prescindir dos seus serviços, isto utilizando uma suavíssima linguagem!). Perante este cenário e o «segredo» em que andam a ser congeminadas as transferências de competência de responsabilidades da Escola Pública para as Câmaras Municipais, num completo desrespeito pela sua matriz democrática e criativa, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, sob proposta dos deputados da Coligação Democrática Unitária, decide:-----

- Rejeitar que salários, concursos e contratação de docentes, carreiras, avaliação de desempenho e organização curricular, possam ser matéria a transferir para as autarquias locais;-----

- Não aceitar qualquer processo que signifique retirada de poder de gestão aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;-----

- Exigir que qualquer processo de transferência de responsabilidades do Governo para o poder local seja alvo de um amplo debate por parte de todos os parceiros educativos e as organizações representativas dos docentes, já que este assunto se assume como uma reconfiguração do sistema educativo, à revelia da Lei de Bases;-----

- Apelar aos órgãos do Poder Local para que recusem a sua participação neste processo que tem como objetivo descartar o Governo das suas obrigações e responsabilidades constitucionais, ao mesmo tempo, que vai tentando aliciar as Câmaras Municipais em situação financeira mais gravosa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O anteprojeto, que eu posso depois fazer chegar aos grupos municipais, na parte da gestão dos recursos humanos sobre a educação tem duas alíneas e diz que neste âmbito são delegáveis as seguintes competências:



recrutamento, gestão, alocação, formação e avaliação do desempenho de pessoal não docente e recrutamento de pessoal para projetos específicos de base local. Portanto, parte destas competências já estão atribuídas aos Municípios.-----

Em relação aos docentes, não vejo nada no anteprojeto que comprometa a centralização e a gestão no âmbito do Ministério da Educação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Na reunião referida com o senhor Secretário de Estado da Administração Escolar e o senhor Secretário de Estado da Administração Local, nomeadamente com os Sindicatos, foi-nos dito que os professores ficam fora deste processo, por enquanto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Uma vez mais, temos aqui uma questão ideológica. Está aqui em causa uma certa tendência para a Coligação Democrática Unitária considerar que tudo se resolve com um centralismo - se está tudo centralizado, está tudo bem, e sempre que se pensa em descentralizar «Aqui d'El Rei» que vem aí um fantasma.-----

De facto, eu secundo e faço minhas, se tal me é permitido, as palavras do Presidente da Câmara, que trouxeram luz e esvaziaram de alguma maneira muito daquilo que eu ia dizer em relação a esta matéria.-----

Em primeiro lugar, estamos a falar de um anteprojeto. Obviamente, eu quero saudar a Coligação Democrática Unitária por ter trazido aqui este assunto, porque, pelo menos a mim, fez-me pensar e estudar um bocadinho esta matéria. Porém, o resto da argumentação é muito mais uma questão ideológica.-----

Penso, sinceramente, que a Educação em Portugal tem tudo a ganhar se for descentralizada.-----

Aproveitava para fazer um apelo - talvez fosse mais importante que a Coligação Democrática Unitária produzisse documentos e não se limitasse, muitas vezes, a reproduzir os documentos da Federação Nacional dos Professores. Em minha opinião, é uma perceção demasiado centrada na visão dos docentes, e eu sou professor, portanto estou perfeitamente à vontade, mas quando se fala da Educação deve ter-se uma perspetiva geral, e não apenas a perspetiva do docente, porque há um universo muito mais vasto que é preciso contemplar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Desafio o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco a tentar encontrar o texto desta Moção algures. Quem o redigiu fui eu.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----



NUNO MELO BISCAIA: "A posição do grupo municipal do Partido Socialista é muito clara quanto a esta matéria. Agradeço ao grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, nomeadamente à sua líder, o facto de na Reunião de Líderes ter referido que iria apresentar esta Moção, porque de certa maneira, nos permitiu averiguar da bondade da mesma e prepararmo-nos para a sua discussão.--- A municipalização da Educação está enquadrada num projeto de Decreto-Lei que ainda está numa fase instrumental e, portanto, ainda muito haverá a trabalhar antes de ser aprovado.-----

De todo o modo, parece-nos que os princípios subjacentes a esse Decreto-Lei vêm ao encontro daquilo que o Partido Socialista já há muito tempo defende, nomeadamente uma política de maior descentralização da Administração do Estado, e de maior definição das políticas locais.-----

Contudo e no tocante à Educação, refiro também que este Executivo em particular não teve, nem nunca terá, uma visão economicista da Educação, muito embora sempre tenha defendido o reforço dos seus poderes relativamente à política educativa. Contudo, entendemos que este projeto de Decreto-Lei ainda não vem acompanhado daquilo que para nós seria essencial - havendo transferência de competências a nível educativo para os Municípios serão, ou não, acompanhadas de reforços de verbas e de delegações efetivas de competências? E gostaríamos de ver uma maior definição da ação da Câmara Municipal na gestão educativa no Concelho.-----

Por isto mesmo e porque estamos numa fase ainda muito inicial da discussão, o Partido Socialista irá abster-se na votação desta Moção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Sendo por princípio favorável a tudo quanto seja descentralização para as autarquias locais e da Câmara Municipal para as Freguesias, eu acho esta discussão um pouco extemporânea. Estou de acordo com descentralizar a Educação para as Câmaras, mas entendo que a gestão dos professores, nomeadamente a sua contratação, colocação, classificação de serviço, etc., deve continuar a ser responsabilidade do Governo.-----

Como eu acho que esta matéria ainda vai voltar aqui, pelo menos, mais uma vez ou duas, para já vou abster-me e, depois, perante dados mais objetivos tomarei a decisão de votar contra ou a favor."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Tenho pena de não ter podido estar na Reunião de Líderes para ter acesso a esta Moção que, de uma forma geral, aborda também algumas das



nossas preocupações.-----

Quanto à descentralização do ensino para a responsabilidade das Câmaras Municipais, eu penso que uma parte do chamado ensino técnico-profissional podia ser descentralizado, porque ninguém melhor do que as autarquias locais para saber quais as necessidades profissionais da sua área, as indústrias que quer promover, etc.-----

A formação e contratação de professores, por amor de Deus! A formação é única, é de âmbito nacional, não podem ser os Municípios a fazê-lo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, e da Coligação Somos Figueira, Natália Jerónimo Pires, deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros da Coligação Democrática Unitária, vinte e sete abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Victor Figueiredo Pais e Isabel Gaspar Sousa, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, e nove votos contra dos restantes membros da Coligação Somos Figueira, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do art.º 23.º e da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, rejeitar a Moção contra a Municipalização da Educação, subscrita pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, no sentido da Assembleia Municipal rejeitar que salários, concursos e contratação de docentes, carreiras, avaliação de desempenho e organização curricular, possam ser matéria a transferir para as autarquias locais; não aceitar qualquer processo que signifique retirada de poder de gestão aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas; exigir que qualquer processo de transferência de responsabilidades do Governo para o poder local seja alvo de um amplo debate por parte de todos os parceiros educativos e as organizações representativas dos docentes, já que este assunto se assume como uma reconfiguração do sistema educativo, à revelia da Lei de Bases; e apelar aos órgãos do Poder Local para que recusem a sua participação neste processo que tem como objetivo descartar o Governo das suas obrigações e responsabilidades constitucionais, ao mesmo tempo, que vai tentando aliciar as Câmaras Municipais em situação financeira mais gravosa.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

VICTOR FIGUEIREDO PAIS apresentou a seguinte Declaração de Voto: “A minha abstenção deve-se exclusivamente ao facto de não ter estado presente durante a



discussão desta Moção.”-----

D - MOÇÃO EM DEFESA DO SETOR DA PESCA DA SARDINHA PORTUGUESA E ATIVIDADES ECONÓMICAS ASSOCIADAS, PERANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA PORTARIA N.º 188-A/2014, SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “1. - O Governo português, nomeadamente o Ministério da Agricultura e do Mar, determinou a cessação temporária das atividades de Pesca da Sardinha com recurso a Artes de Cerco através da Portaria n.º 188-A/2014, considerando esta a «proibição de captura de sardinha, bem como a manutenção a bordo, transbordo e descarga desta espécie», desde o dia 20 de setembro até às 24 horas do dia 31 de dezembro, alegadamente por ter sido atingido o limite máximo de captura desta espécie.-----

2. - O Mar e o sector das Pescas é, desde há muito, um pilar fundamental da nossa economia, constituindo parte inalienável do nosso mais querido património histórico, afetivo e cultural. A sardinha está, na verdade, intrinsecamente ligada à nossa Figueira e ao que é ser Figueirense.-----

3 - O Porto da Figueira da Foz é o segundo a nível nacional em volume de pesca e captura de sardinha, empregando no nosso Município este sector direta ou indiretamente largas centenas de Figueirenses, tendo o mesmo uma extraordinária relevância social sobretudo nas freguesias da Marinha das Ondas, Lavos, São Pedro, Quiaios e Buarcos.-----

4 - Não colocando em causa a absolutamente fundamental preservação e salvaguarda dos «stocks» de pescado, nomeadamente da nossa valiosa sardinha portuguesa, a forma como - literalmente com uma antecedência de 24 horas - se suspendeu abruptamente toda uma atividade da qual dependem milhares de famílias portuguesas, bem como centenas de outras indústrias e atividades económicas associadas, deveria ter sido objeto de maior cuidado, ponderação e atempada planificação, seguindo aliás aquelas que são as recomendações da própria Comissão Europeia para este sector.-----

5 - Portugal não pode incorrer no mesmo erro já cometido anteriormente e de inelutáveis consequências para a Frota Portuguesa: o de receber para não trabalhar, o de subsidiar para não pescar sem se apresentarem possíveis alternativas, e o de permitir a constante redução das nossas quotas de pesca, em detrimento de outros Estados membros.-----

6 - Muito embora os trabalhadores e tripulações tenham sido em grande medida compensados pelo tempo de paragem conforme previsto no Plano de Ajustamento do



Esforço de Pesca, e sendo os Pescadores e Armadores os primeiros interessados em medidas pró-ativas de preservação do nosso pescado, seria premente ter-se permitido ao Sector manter alguma atividade, reduzindo as capturas, mas não impondo uma proibição total, à semelhança aliás do sucedido em Espanha.-----
Refira-se, aliás, que é a própria União Europeia a considerar não ser a pesca o único fator de redução dos «stocks» de pescado, devendo também ser consideradas as alterações climáticas bem como a crescente poluição da nossa costa portuguesa.-----

7 - Igualmente motivo de preocupação é o facto, de devido a esta suspensão, a sardinha portuguesa ter perdido de imediato a sua certificação internacional, a mais forte garantia de competitividade da mesma.-----

8 - Assim sendo, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz manifesta a sua grande preocupação pelas consequências económicas e sociais da suspensão ditada pela Portaria nº 188-A/2014, instando o Governo Português a que sejam no futuro devidamente e atempadamente consideradas todas as medidas que efetivamente defendam a riqueza maior que é o nosso Mar e a Dignidade e qualidade de vida de todos os que dele retiram a sua subsistência.-----

9 - Deve desta Moção ser dado conhecimento ao Ministério da Agricultura e Pescas, à Assembleia da República, ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), à CCDR Centro, à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, à Cooperativa de Produtores de Peixe Centro Litoral, bem como aos vários Sindicatos do Sector."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Felicito o deputado municipal Luis Mendes Ribeiro pela proposta que acaba de apresentar, porque ela é de uma subtilidade extraordinária! Concorda com a política do Governo e agrada aos pescadores! Espetacular! Eu gosto da política feita assim.-----

No entanto, só lhe quero dar nota de algumas contradições. A política seguida nesta matéria não contribui para a redução das quotas de pesca, pelo contrário. Porque o facto de nós termos esgotado a nossa quota da sardinha em setembro, significa que nós precisamos da nossa quota de pesca aumentada. Portanto, é uma forma de pressionar a União Europeia a aumentar o nosso esforço de pesca.-----

Quanto à ponderação e ao cuidado que o Governo pôs na matéria, não me pronuncio. As coisas, por vezes, se não fossem tomadas desta forma, acabava por se cair numa eterna discussão, e quando se chegasse a uma conclusão, estaríamos em janeiro e já era permitido pescar outra vez a sardinha. Portanto, eu concordo



com as recomendações feitas na Moção e votá-la-ei a favor.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Reforçando os parabéns, ao deputado municipal Luis Mendes Ribeiro, pela forma como o texto está redigido, concordamos que este é um assunto que muito afeta demasiada gente. Concordamos, no geral, com as preocupações manifestadas neste documento. Aceitamos, de facto, esta recomendação, mas obviamente vamos abster-nos porque ela parte do princípio que as medidas não foram tomadas. Ou seja, quando se diz aqui no ponto 8 «... instando o Governo Português a que sejam no futuro devidamente e atempadamente consideradas todas as medidas ...», eu percebo a subtileza da linguagem.-----
Isso não quer dizer que não estejamos completamente de acordo que este é um sector demasiado importante para que qualquer atuação não seja devidamente ponderada, e associámo-nos, de facto, a esta ideia, mas abster-nos-emos na votação do documento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Eu acho bem que o Governo tenha dado o subsídio, porque os pescadores da sardinha não ganham tanto como isso. É uma vida muito difícil. Mas, eu até posso questionar da legitimidade para o conceder, porque imaginemos que em setembro não estava esgotada a quota, e a pesca continuava em outubro, novembro e dezembro, nesse caso os pescadores não teriam direito a nada. Se a quota esgotou é porque pescaram bem, as capturas foram boas e, conseqüentemente, também tiveram melhores benefícios de honorários por causa disso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “Só para agradecer a posição do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos e dizer que compreendo perfeitamente a posição da Coligação Somos Figueira.-----

Eu não vejo completamente desadequada esta política, nem considero inadequado o Plano de Ajustamento da Pesca que é, de resto, comunitário. Mas considero que equipar um navio e contratar uma tripulação não é como atestar um veículo com gasóleo. Estamos a falar de uma traineira e de milhares de euros de combustível. E não é com um dia de antecedência que se diz aos pescadores «amanhã não vão para o mar e nem podem ir até ao final do ano».-----

Do meu ponto de vista, o essencial da Moção é o facto da Assembleia Municipal da Figueira da Foz não poder, de maneira nenhuma, deixar de tomar uma posição política em relação a uma questão absolutamente fundamental para a Figueira da Foz, como é a pesca da sardinha e atividades relacionadas.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação. **A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento e Fernanda Marques Lorigo, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, doze abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, e sem votos contra, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Moção em Defesa do Setor da Pesca da Sardinha Portuguesa e Atividades Económicas Associadas, perante a implementação da Portaria n.º 188-A/2014, subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, no sentido da Assembleia Municipal manifestar a sua grande preocupação pelas consequências económicas e sociais da suspensão ditada pela Portaria nº 188-A/2014, instando o Governo Português a que sejam, no futuro, devidamente e atempadamente consideradas todas as medidas que efetivamente defendam a riqueza maior que é o nosso Mar e a Dignidade e qualidade de vida de todos os que dele retiram a sua subsistência.**-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES apresentou a seguinte Declaração de Voto: "Votei a favor, mas muitas mais coisas haveria a dizer. Se há alguém nesta sala, que no sentido prático pode falar de sardinha com alguma autoridade, modéstia à parte, creio que sou eu. Para terminar uma pequena nota - se calhar somos os parentes pobres, porque em Espanha não se aplicou a mesma medida que se aplicou a Portugal."-----

E - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO EM COBRE AO JOVEM FIGUEIRENSE MIGUEL JORGE GONÇALVES ADÃO, APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Augusto Mateus.-----

JOSÉ AUGUSTO MATEUS: "A Bancada do Partido Socialista quer acompanhar e congratular-se pela atribuição da Medalha de Mérito Desportivo em cobre ao jovem figueirense Miguel Jorge Gonçalves Adão, medalha esta atribuída como forma de distinguir e prestar público apreço pelo contributo que tem dado à Figueira da Foz, com notáveis desempenhos para a projeção e para o bom nome da Cidade no mundo do desporto de ondas.-----

Miguel Adão conquistou ao longo da sua ainda curta carreira, diversos prémios e títulos, onde se destacam os títulos de Campeão Nacional Sub-12, em 2008,



Campeão Nacional Sub-14, em 2010 e Campeão Nacional Sub-16 em 2011 e ainda Campeão Nacional Júnior Sub-18 em 2014.-----
Conquistou ainda a Taça de Portugal de Surf e Bodyboard em 2010, na categoria de Juvenis, sagrou-se Vice-Campeão de Bodyboard Sub-20 nos Jogos Náuticos Intercélticos realizados em Inglaterra em julho de 2011, em representação da Seleção do Norte de Portugal, foi 4.º classificado no Campeonato Europeu de Bodyboard Pro Júnior, realizado na Figueira da Foz em julho de 2011, obteve o 2.º lugar na final de qualificação do Sintra Portugal Pro 2012, do Mundial de Bodyboard, o 17º lugar no Grand Slam do Circuito Mundial de Bodyboard em Sintra, com o top 24 Mundial e sagrou-se Vice-Campeão Europeu de Bodyboard Sub-16 em 2012, em representação da Seleção Nacional.-----
Já em 2014 sagrou-se Vencedor da Taça de Portugal de Clubes em Bodyboard Júnior, Campeão Europeu Bodyboard Júnior Sub-18 em representação da Seleção Nacional de Bodyboard e foi 3.º classificado no Circuito Mundial Junior Under 18 *individual* da Association Professional of Bodyboard.-----
Destacam-se ainda as nomeações pela Confederação Portuguesa do Desporto de Portugal para Jovem Promessa do ano 2014 e pela *Riptide Magazine*, a maior e mais prestigiada revista de Bodyboard do Mundo como Groom of the year 2014.-----
Os parabéns ao Miguel Adão e que continue a levar por todo o mundo o nome da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação pela atribuição da Medalha de Mérito Desportivo em Cobre ao jovem Figueirense Miguel Jorge Gonçalves Adão, subscrito pelo grupo municipal do Partido Socialista.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

F - GABINETE TÉCNICO DO LITORAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "É engraçado como o desporto que às vezes tanto divide, une aqui a Assembleia Municipal.-----

Eu não trouxe nada escrito, mas têm sido veiculadas na comunicação social algumas preocupações de carácter nacional. Mas eu penso que esta Assembleia Municipal deve mostrar a sua preocupação sobre o seguinte aspeto. Eu gostava de



ouvir da boca do Presidente da Câmara o que tem para nos informar sobre o Grupo de Trabalho sobre o Litoral e os riscos que podem advir se algumas das propostas forem avante, inclusive com a questão da expansão do Porto Comercial da Figueira da Foz. Porque aí já há, de facto, alguns dados em concreto.-----
Esta é uma questão que nos deve preocupar a todos e tem uma importância tremenda no setor da economia do nosso Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Nós recebemos um relatório e recomendações deste Gabinete Técnico do Litoral. Este Gabinete é liderado pelo Professor Filipe Duarte Santos e tem mais dois ou três peritos da matéria, nomeadamente do estudo aprofundado da deriva do oceano e suas consequências no âmbito da erosão costeira. Inclui, depois, mais uma técnica da Agência Portuguesa do Ambiente e da Secretaria de Estado.-----

Analisaram, portanto, o fenómeno da deriva das areias que correm normalmente de Norte para Sul e de uma forma global, constataram haver falta de sedimentos porque o Rio Douro, praticamente, deixou de emitir por força da construção das barragens no seu percurso, daí ser escassa a sedimentação, haver um ligeiro aumento das águas do mar, que se estima que nas últimas décadas ascenda a cerca de 20 cm e, terem ocorrido várias intervenções humanas ao nível da costa. Fazem uma análise sobre os Portos de Aveiro e Figueira da Foz, a construção de alguns espigões e concluem que se tem de garantir o normal fluxo de sedimentos por forma a que não falte alimentação de areia junto das praias.-----

Aquilo que nos preocupava, e de facto esclarecemos, era a abordagem feita ao Porto da Figueira da Foz e o facto de não termos sido consultados.-----

Quanto ao levantamento do problema ele existe, é inexorável e inquestionável, por isso, praticamente, acordamos e concordamos e pedimos alguns esclarecimentos ao Gabinete Técnico do Litoral para perceber melhor como o fenómeno surgiu e qual é a sua evolução normal.-----

Quisemos, também, chamar a atenção para as especificidades do nosso Concelho, concretamente em relação à implicação que o Molho Norte possa ter, ou não, no agravamento da erosão costeira. A reunião até correu bastante bem, gerou consensos e houve alertas que foram registados.-----

Estas políticas têm de ser vistas todas de uma forma integrada, ou seja, a Secretaria de Estado de Transportes não pode estar a poupar na dragagem e, ao mesmo tempo, o Ministério do Ambiente estar a gastar em deposição de areias para a reposição das dunas.-----



Efetivamente, a construção do Molho Norte implica um acréscimo de sedimentação. Pensou-se, inicialmente, pela sua configuração que iria permitir a passagem normal de areias e que até seria previsível que a deposição de areias diminuísse, ou necessariamente não aumentasse. E o que se verificou, e nós chamamos à atenção, é que houve um acréscimo da deposição, sendo necessário continuar o trabalho de transferência de areias - o volume de areias que, eventualmente, se poderia aqui transferir seria cerca de um milhão de metros cúbicos, sendo previsível um depósito de 600 mil metros cúbicos de areia que teriam necessariamente de ser dragados em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente. De facto, não faz sentido que duas instituições da Administração Pública Central não se articulem entre si sobre a forma e o modo como este processo se deve fazer."-----

Por outro lado, tentamos realçar o impacto que o Porto tem na economia local e regional, não podendo deixar de ser considerado como absolutamente imprescindível. Também chamámos à atenção para o facto da deposição de areias em vez de ser feita à linha batimétrica dos 30 m, como eles defendem, estar a ser lançada e projetada no mar alto.-----

O Gabinete de Trabalho registou as nossas preocupações e sugestões e agora vão, obviamente, compatibilizá-las no âmbito do Relatório. Ficou mais ou menos claro, e nisso o Professor Filipe Duarte Santos foi tranquilizador, que estaria completamente fora de causa questionar o futuro do Porto da Figueira da Foz como uma infraestrutura absolutamente necessária ao desenvolvimento local e regional."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Silva Esteves.-----

MÁRIO SILVA ESTEVES: "Quero felicitar o deputado municipal João Filipe Carronda por ter trazido este tema tão importante para a Figueira da Foz, e ter solicitado esclarecimentos ao Presidente da Câmara. Muito obrigado ao Presidente da Câmara pelos pertinentes esclarecimentos dados.-----

Este processo pode ser extremamente marcante, neste século, para o desenvolvimento da Figueira da Foz, quer na vertente do turismo, com todas as beneficiações ao longo da praia, quer no aspeto económico portuário e ainda, na vertente de Cruzeiros.-----

Queria deixar aqui expresso o meu reconhecimento ao Presidente da Câmara e toda a Vereação pelo empenho que têm tido."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Antes de mais, gostaria de felicitar o deputado



municipal João Filipe Carronda por ter abordado este assunto nesta Assembleia Municipal.-----

De facto, é também um assunto que nos preocupa a todos, e fazemos votos que a Câmara Municipal possa estar a lidar com este processo com a necessária cautela e assertividade. Da nossa parte, colocamo-nos à disposição da Câmara Municipal da Figueira da Foz para envidar todos os esforços de maneira que este assunto, que é do Concelho e da Região, possa ser tratado e vencido da melhor forma. Aqui não há partidos nem fações, aqui há Figueira da Foz e Figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Nós agrupamos e também integramos, na abordagem do Gabinete Técnico do Litoral, a Coligação Somos Figueira que faz parte do Executivo Municipal e esteve presente na reunião, para além da Comunidade Portuária que, obviamente, tem um profundo conhecimento sobre esta matéria e tem a memória das várias intervenções, entretanto realizadas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - OUTDOORS JUNTO À MARINA, EM FRENTE AO MERCADO E JARDIM MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Silva Esteves.-----

MÁRIO SILVA ESTEVES: “Questiono o Presidente da Câmara em relação às localizações dos outdoors pela Cidade. Alguns nem sequer estão a ser utilizados. Parece-me que careceriam de um ordenamento mais organizado e pré definido.-----
Mais concretamente, os outdoors junto à Marina, em frente ao Mercado e Jardim Municipal, estão localizados numa zona bastante bonita, mas turisticamente desvalorizam toda aquela área. Sabemos que a maioria daqueles outdoors são de partidos políticos, mas julgo que até por isso mesmo poderíamos ter a iniciativa de os deslocalizar, tendo em conta o fim a que nos propomos. Na verdade, deveriam ser colocados noutros sítios, mas não naquele, onde tapam completamente a paisagem maravilhosa que ali se desfruta.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - REGULAMENTO DE TRÂNSITO DO BAIRRO NOVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Silva Esteves.-----

MÁRIO SILVA ESTEVES: “Sobre o Regulamento de Trânsito do Bairro Novo gostaria de falar em relação às cargas e descargas.-----
Na Rua Bernardo Lopes temos estacionamento de cargas e descargas das 06,00 às 10,00 horas. Como bem sabem, a maior parte dos nossos fornecedores são de Coimbra, Pombal e Leiria, e a esta hora é um bocado difícil contemplarem e fazerem todas as descargas daquela zona. Nós sugeríamos que a placa ali



localizada fosse alterada das 10,00 para as 11,00 horas. Sugeríamos, ainda, que na mesma Rua e junto ao Banco BIC os dois espaços pequenos para cargas e descargas fossem aumentados, por forma a ali poderem estacionar duas camionetas ou camiões. Estes, em nossa opinião, deveriam poder estar até às 18,00 horas. Isto é, quem não conseguisse fazer a descarga no período da manhã teria a possibilidade de a poder fazer, durante a tarde, até às 18,00 horas. A partir das 18,00 horas ficaria liberto para os normais estacionamentos.-----

Na Rua Maestro David de Sousa, junto à Barbearia, poderia criar-se ali também uma zona para estacionamento. Julgo que desta forma teríamos este delicado e muito comentado problema mais ou menos resolvido.-----

É verdade que, durante o Inverno há uma certa complacência da parte da Polícia de Segurança Pública, mas muitas vezes autuam.-----

Algumas das placas de sinalização não estão bem fixas, outras estão partidas e algumas, até em excesso, poderiam ser retiradas.-----

Junto ao Edifício «O Trabalho» foram retirados dois pinos. É verdade, dá ali muito jeito para estacionamento. Não temos nada contra isso e até acho que facilita o estacionar. Como sabemos na parte inferior desse espaço há um estacionamento e eu não sei se a Rua João de Lemos tem segurança ou não para suportar com esse peso.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - INCLUSÃO DE PONTOS NA ORDEM DE TRABALHOS

PRESIDENTE: “Proponho que sejam incluídos na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para serem discutidos nesta sessão, os seguintes pontos:--

- Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal;-----

- Fornecimento de Refeições e Dinamização do Prolongamento de Horário - Ano Letivo 2014/2015 - Retificação dos processos submetidos à Sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014 (Ponto 5.17);-----

- Plano de Transportes Escolares - Ano Letivo 2014/2015 - Autorização da assunção dos encargos plurianuais - Retificação do processo submetido à Sessão da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014 (Ponto 5.2);-----

- Proposta de Instituição do Dia Municipal para a Igualdade, a assinalar a 24 de outubro.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, Mário Menezes Paiva e Mafalda Mendes Azenha, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, e da Coligação



Democrática Unitária, Mário Alberto Oliveira, deliberou, por unanimidade, incluir estes três pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA SEGUINTE PROPOSTA:

4.1.1 - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Considerando que o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, recentemente aprovado em sede desta Assembleia Municipal, se encontra já a decorrer, e as entidades que constituem a Comissão de Acompanhamento deste processo foram também designadas por despacho da Senhora Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, publicado na 2.ª série do Diário da República de 02 de dezembro de 2014, devendo agora de designar os seus representantes para a mesma, delegando-lhes poderes para as vincular às decisões tomadas, o Presidente da Assembleia Municipal propõe como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, eleito pelo grupo municipal do Partido Socialista.-----

Propõe ainda a aprovação da delegação de competências ao referido deputado municipal, conferindo-lhe poderes para efeitos de vinculação da Assembleia Municipal às decisões tomadas em sede da Comissão de Acompanhamento, nos termos do art.º 6.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal como é a minha pessoa que está a ser proposta, eu ausento-me da sala."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Como grande parte dos munícipes deste Concelho, nós estamos muito preocupados com a questão do Plano Diretor Municipal. Não concordamos com o processo e achamos que deveria ser feito de maneira diferente, mais transparente e mais participada. E não gostaríamos nada que se aproveitasse o facto de se estar a rever o Plano Diretor Municipal para se desistir de vez do Ramal da Pampilhosa, porque numa revisão do Plano Diretor Municipal isto vai estar em cima da mesa. Repito o que já referi aqui numa das sessões da Assembleia Municipal - a Câmara Municipal de Cantanhede não desiste, portanto, não sejamos nós a quebrar o laço."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Senhor Presidente eu vou votar a favor da proposta e irei contribuir para a designação do deputado municipal Nuno Melo Biscaia. Tenho a certeza que é um homem sério e honesto que se vai empenhar nestas funções.-----
Quero, no entanto, lamentar que numa Comissão de Acompanhamento, que mete para aqui seca e meca, algumas entidades que certamente só vão servir para atrapalhar, e onde está até previsto um representante das Câmaras Municipais de Cantanhede, Montemor-o-Velho, Soure e Pombal, que não tem nada a ver connosco, não esteja aqui representado, pelo menos, um Presidente de Junta de Freguesia.--
Eu já sei que para estas entidades ali a partir da Estação da Marinha e do Ferrestelo, as Juntas de Freguesia não contam para nada. Por cá, contam qualquer coisita, conforme as circunstâncias.-----

Queria solicitar ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia que vista o fato do rural, as galochas, o saco pela cabeça por causa da chuva, o foicinho para ir apanhar a erva e a corda para ataviar o feixe de lenha, porque se não for ele e o Presidente da Câmara e o da Assembleia Municipal, eu não estou a ver aqui mais ninguém que defenda as Freguesias."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Congratulo-me muito naturalmente com a designação do deputado municipal Nuno Melo Biscaia para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal, e regozijo-me que, finalmente, este importante processo esteja em andamento. Faço votos que a Revisão do Plano Diretor Municipal possa contribuir para um futuro diferente, para melhor, do Concelho da Figueira da Foz. Acreditamos que o deputado municipal Nuno Melo Biscaia possa representar condignamente a Assembleia Municipal, no seu todo, e cá estaremos para lhe prestar todo o apoio. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Nuno Melo Biscaia, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, três abstenções, um voto em branco, e sem votos contra,



designar Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, delegando-lhe competências e conferindo-lhe poderes para efeitos de vinculação da Assembleia Municipal às decisões tomadas em sede da Comissão de Acompanhamento, nos termos do art.º 6.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

4.2 - **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Primeiro, foi dada informação na reunião de Câmara de 22 de setembro sobre o saldo das atividades de Verão de 2014, relativamente às taxas de ocupação dos hotéis e Parque Municipal de Campismo, bem como, dos números recolhidos junto dos operadores. Seria interessante que esses números fossem também facultados à Assembleia Municipal. É apenas uma observação.-----

A segunda questão tem a ver com uma aprovação, feita na reunião de Câmara de 08 de setembro, da nova localização do Projeto de Construção e Exploração de um Ginásio, como nova valência do Parque Municipal de Campismo. Refere o nome da empresa a quem foi atribuída a exploração, por um período de 20 anos, nos termos das condições do procedimento e da proposta do adjudicatário. Isto põe em causa a presença ou a continuação do Parque Municipal de Campismo?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A páginas dezassete e vinte e dois, tomamos nota que parte das obras previstas para a envolvente do Farol de Santa Catarina, nomeadamente destinadas à prática de ténis, parece que são abolidas, sendo esta obra substituída pela utilização do Pavilhão Multiusos. Quais as razões subjacentes a esta alteração?-----

Na página dezoito, fala-se numa verba apurada na Bilheteira da Gala do Fado e cujo montante total a Câmara acabou por entregar à Associação Pequenas Vozes da Figueira da Foz, alterando a percentagem de receita que caberia ao Município. Qual a razão desta alteração à percentagem, porque quem ficou a ganhar foi a Associação?-----

A páginas dezanove, a Câmara, encontrando-se nesse dia ausente o Presidente, deliberou a atribuição dos apoios à atividade regular das Associações e



Coletividades do Concelho constantes da lista. E nós gostaríamos de saber como ter acesso a esta lista.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Nós lançamos um Concurso Público para criar um Health Club no Parque Municipal de Campismo, dinamizando mais o espaço e disponibilizando ali atividades desportivas.-----

A ideia pareceu-nos interessante. Aquilo é uma estrutura amovível e trata-se da concessão do espaço pelo prazo de vinte anos e, depois, também tem a possibilidade de ser compatibilizado com qualquer concessão do Parque que se possa fazer. Para já, o nosso objetivo era reverter um bocadinho a falta de ocupação e fazer do Parque Municipal de Campismo uma espécie de Parque Desportivo.-----

Valorizamos substancialmente a Piscina, os campos de ténis e os campos de futebol. No futuro, se tivermos alguma receita disponível, gostaria de colocar ali alguns bungalows numa perspetiva ecológica, visando criar maior atividade e utilização de todo o espaço. Este Ginásio encaixa-se dentro da estratégia que temos e vai ser útil para rentabilizar o espaço. Não é só um elemento tranquilizador, como até consolida mais aquilo que queremos verdadeiramente - um Parque da Cidade para a prática desportiva. Pode estar perfeitamente tranquila, deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, que eu não tenho nenhuma perspetiva imobiliária para o Parque Municipal de Campismo.-----

O Clube de Ténis da Figueira da Foz já há muito tempo que ambiciona ter um espaço coberto e naquele local nunca o poderão fazer. Julgo que terão de procurar outro espaço, mas isso é um problema de gestão deles. Têm 200 crianças a aprender ténis e pediram-nos se podiam utilizar as infraestruturas do Pavilhão Multiusos, quando elas não estivessem a ser ocupadas por eventos. Uma vez que isto ajuda à promoção da modalidade, da nossa parte nada a opor. Utilizam de forma graciosa, apenas pagam a água e a luz.-----

Não sei bem o que aconteceu com a Gala do Fado, mas a nossa gestão visa tentar captar o maior número de eventos à bilheteira. Nós fazemos uma política de distribuição de bilheteira em função da natureza do espetáculo, e como a Gala do Fado pouco deu, um pouco para minimizar os custos da produção do evento prescindimos da nossa receita de bilheteira.-----

Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, facultar-lhe-ei a lista dos apoios à atividade regular das Associações e Coletividades do Concelho, que obedece a um Regulamento Municipal, bem como o relatório das atividades de Verão,



relativamente às taxas de ocupação dos hotéis e Parque Municipal de Campismo e os números recolhidos junto dos operadores.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Gostaria de saber se o uso das infraestruturas do Pavilhão Multiusos está disponível para qualquer outro Clube ou organismo da Figueira da Foz que faça idêntico pedido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Se os Clubes demonstrarem que não podem desenvolver a sua atividade se não num espaço fechado, obviamente, ponderaremos isso.-----

Eu sou muito sensível a tudo o que seja divulgação nas camadas jovens, e aqui faço uma declaração de interesses, essas têm absoluta prioridade. Depois, olho para os números e para o empenho. Obviamente, estamos abertos a uma boa utilização do Multiusos, pese embora, algumas críticas nos tenham sido feitas.”-

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Mário Menezes Paiva, Mafalda Mendes Azenha, Vitor Santos Madaleno, João Paulo Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015-2018 E ORÇAMENTO PARA 2015

Foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2015-2018 e o Orçamento para o ano de 2015, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Divisão de Finanças e Património - Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foi também presente a proposta de orçamento, documento que se dá aqui por integralmente reproduzido constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Foi ainda presente uma proposta de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, tendo em vista ajustar as dotações da ação «Reabilitação da EN 109 - Troço Gala/Marinha das Ondas», e do investimento «Beneficiação do Viaduto do IP3 sobre a EN 109», reduzindo o valor da despesa inicialmente prevista, e aumentar o Orçamento Municipal da Receita, inscrevendo o montante correspondente à previsão da comparticipação comunitária, de acordo com as regras previsionais do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Estas propostas foram votadas favoravelmente, respetivamente, nas reuniões de Câmara de 10 de novembro e 15 de dezembro, ambas de 2014.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Estamos perante um Plano e Orçamento para o ano de 2015 que, apesar dos seus avanços em termos da consecução do Plano de Saneamento Financeiro em curso, acaba refletindo os constrangimentos criados pelas políticas do Governo, que com maior ou menor incidência vão estrangulando as autarquias locais. Afastada a Troika, de facto, esta continua. O país no seu todo submisso à sua ingerência e ao cumprimento de um memorando de destruição e anulação do país, do seu povo, de direitos consagrados na Constituição da República. Um país e um povo que os subscritores desse famigerado memorando - Partido Socialista, Partido Social Democrata e CDS - Partido Popular - e os executores atuais do mesmo - o Governo Partido Social Democrata/CDS - Partido Popular - cumprem e até acentuam, impondo medidas e exigências que não defendem os interesses nacionais, antes os colocam em sério risco, continuando os senhores disto tudo a emitir opinião sobre os nossos destinos. Basta lembrar uma das últimas verbalizações da senhora Merkel a propósito do nosso sistema educativo que, no seu duto e inquestionável saber, produziria licenciados a mais. Deve ser por isso que o Governo tão empenhado está em dar cabo dele.-----

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento que as sustenta sofre obviamente das dificuldades criadas pelo poder central, este de joelhos em face da famigerada Troika e da sua herança. Necessitando de verbas para os seus projetos e despesas, a Câmara Municipal face à magra fatia recebida do Governo e à comparticipação europeia, lança mão de outras fontes de receitas diretas que atingem quase metade do bolo total. A parte de leão acaba sendo assumida pelos contribuintes, situação que deploramos e contra a qual nos vimos debatendo.-----

Assim, aproximadamente 46% do Orçamento total resulta do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Automóvel, designadamente quase dois milhões de euros de aumento no Imposto Municipal sobre Imóveis e quase cem mil euros de aumento no Imposto Automóvel. Por outro e também temos vindo a chamar a atenção para esta injustiça, as empresas têm vindo a ser aliviadas no valor da Derrama, e consideramos nossa obrigação cidadã insistir no apuramento das razões de fundo que levam a esta situação. Há uma quebra de 33% no valor cobrado da Derrama, valor que podemos apodar de ridículo face a outras verbas anteriormente recebidas. Sabemos que o nosso tecido empresarial encolheu, mas as grandes empresas ainda cá permanecem.-----

Outro reparo que queremos aqui deixar - é referida a poupança com gastos com pessoal, mas essa poupança é desequilibrada com o que se consome com aquisições



de serviços externos, alguns dos quais, estamos certos, poderiam ser assumidos pelo pessoal da autarquia devidamente capacitado para essas responsabilidades.-- Por fim, grande parte da dívida externa relaciona-se com negócios ruinosos que têm vindo a ser celebrados ao longo do tempo - a questão das Águas, a limpeza e a recolha de lixos. Perante as opções que foram apresentadas, a Coligação Democrática Unitária votará contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Equilibrados são todos os Orçamentos Municipais porque as receitas são iguais às despesas. Este Orçamento para além de estar muito balizado por um Plano de Saneamento Financeiro, está ponderado e justificado. Apresenta um conjunto de objetivos que o norteiam, como sejam, a consolidação financeira, como não podia deixar de ser, a regeneração e reabilitação urbana, a requalificação dos equipamentos públicos, o reforço das políticas sociais e o marketing concelhio. Portanto, estes cinco vetores acabam por se traduzir também em números no próprio Orçamento Municipal. É um Orçamento justificado quer nas suas receitas, quer nas suas despesas.-----

O Orçamento do Estado e o Orçamento Municipal são documentos completamente distintos, desde logo, porque o primeiro envolve toda uma comunidade dum Estado e se perde o norte para onde vão as verbas dos impostos que pagamos. No Orçamento Municipal tal não acontece, temos a oportunidade de ver representado de uma forma muito mais resumida, e de o sentir depois no dia a dia.-----

Não existem orçamentos perfeitos e que preencham as vontades de toda a gente. Não! No ano passado, pagamos oito milhões de euros de dívida e serviço de dívida e este ano são seis milhões de euros. O diferencial entre as receitas (que não estão empoladas) e as despesas, permitiria, se não houvesse este serviço de dívida, realizar mais projetos.-----

As despesas e os encargos do Município estão a diminuir, tem-se feito aquilo que se pode, porque ninguém de boa fé terá aqui a ousadia de dizer «endividem-se mais».-----

É um Orçamento Municipal com alguma preocupação social, por exemplo, com o decréscimo de 0,5% em termos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para os residentes no Concelho. É pouco! É verdade! Mas não foi possível fazer mais... O executivo tem sido um bom exemplo na prestação das contas, aliás, no princípio do ano que vem, em abril, com certeza iremos ver



qual foi o cumprimento do Orçamento Municipal. E isso justifica o cuidado e a justeza das opções tomadas.-----

Permitam-me aqui deixar duas notas nesta minha primeira intervenção. Primeiro, não consegui perceber como aconteceu a discussão do Orçamento Municipal em reunião de Câmara. Os Vereadores discutiram o Orçamento Municipal e, depois, na altura da votação, que seria um sinal para os seus eleitores, disseram «não estamos cá», ficando sem se saber no concreto qual foi a sua opinião. Sei que foi uma forma de manifestar o seu protesto por a reunião decorrer à porta fechada.-----

Também não entendo as razões pelas quais o líder do Partido Social Democrata local não se pronunciou e andam outros a ter as «dores». Eu gosto de saber o que pensa a oposição, e acredito que o Partido Social Democrata local esteja de acordo com o Orçamento Municipal, no essencial.

Perante estas atitudes não resta muito mais para dizer, pelo menos em meu entender, a não ser referir que temos um Orçamento Municipal correto e não empolado.-----

Quanto ao Presidente de Junta de Freguesia não votar e depois não conseguir tout venant para a estrada, em tempos idos foi verdade, mas quer-me parecer que hoje em dia já não é tanto assim. As regras da Derrama foram alteradas e o Município da Figueira da Foz foi fortemente penalizado com isso. O Imposto Municipal sobre Imóveis não está na taxa máxima e nos Concelhos limítrofes a sua taxa é idêntica à nossa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Já o disse aqui e para muitos poderá ser visto como uma fraqueza, mas quer o anterior quer o atual executivo não podem dizer que não houve colaboração institucional da parte da Coligação Somos Figueira.-----

Desde sempre, nós colocámo-nos à disposição do Município por achar ser esse o nosso dever de cidadania, político e mais do que partidário. Portanto, não só colaboramos afincadamente na construção do Plano de Saneamento Financeiro, como temos vindo sucessivamente a tornar possível o normal desenrolar das atividades do Executivo camarário, eleito democraticamente pela maioria da população, através da viabilização dos sucessivos Orçamentos, nomeadamente no Executivo anterior onde o Partido Socialista não tinha maioria absoluta.-----

Olhamos sempre para estas questões de uma forma séria, honesta, construtiva e cidadã, sabendo, obviamente, que o Município da Figueira da Foz está numa situação em que tem de sanear as suas finanças. Nunca fomos uma força de



bloqueio.-----
Esta Orçamento Municipal depende das circunstâncias. Todos nós gostaríamos que a Figueira da Foz tivesse um Orçamento que possibilitasse outros voos e outras aquisições. Tal não é possível e, portanto, nós consideramos que este Orçamento globalmente corresponde aos constrangimentos de estarmos num Plano de Saneamento Financeiro.-----
Eu tenho para mim que um dos principais votantes no Partido Social Democrata nas próximas eleições de outubro de 2016 será o Dr. João Ataíde e os seus Vereadores, porque governar assim dá-vos muito jeito - permite-vos aumentar extraordinariamente a receita e ter à vontade para ganhar eleições a nível local. O mesmo não acontece relativamente à contenção da despesa, onde alguma coisa foi feita, mas não vemos assim tanta contenção. Gostaria de saudar os novos óculos do deputado municipal João Filipe Carronda que lhe dão um aspeto muito mais jovem, mas, por favor, não nos obrigue a ver pelos seus óculos. A realidade não é como referiu.-----
De facto, a nossa visão do Orçamento Municipal não é nada aquela que o deputado municipal João Filipe Carronda manifestou aqui. Ficamos contentes e, por isso, vamo-nos abster.-----
Realmente, é verdade que este Executivo Municipal em muito reduziu, nomeadamente, os prazos de pagamento aos fornecedores, e essa é sem dúvida uma boa notícia para os operadores que trabalham com a Câmara Municipal. Contudo, isso deve-se fundamentalmente ao aumento dos impostos contra os quais vocês se manifestam. Ou seja, é fácil bater na austeridade do Governo que sobrecarrega os contribuintes, mas depois quando se trata do Imposto Municipal sobre Imóveis ou Derrama, venha a nós.-----
Embora alguma comunicação social tenha dito que os Vereadores da Coligação Somos Figueira se ausentaram em reunião de Câmara, o problema não é a ausência, o problema é o documento mais importante para o Concelho da Figueira da Foz ter sido discutido à porta fechada. E isso não é salutar nem democrático. Eu não sei porque isto ainda persiste!-----
Os Vereadores da Coligação Somos Figueira participaram ativamente na discussão do documento, mas ausentaram-se em forma de protesto pela discussão e votação ser à porta fechada.-----
Quanto ao Líder do Partido Social Democrata local não se ter pronunciado, eu apenas posso dizer que, também, não ouvi o líder do Partido Socialista local manifestar-se sobre o Orçamento Municipal.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Eu estive a ler com atenção o Orçamento Municipal e atrever-me-ia a fazer um aviso à navegação da autarquia - não sei se as benesses do Governo central, no que toca a Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, vão cobrir as transferências de competências ou de responsabilidades que aí vêm.-----
Por outro lado, embora haja pontos em que nós estamos em profundo desacordo, entre Saneamento Financeiro e austeridade, eu acabo por chegar à conclusão que o Orçamento Municipal reflete a necessidade de substituir o Governo da República pelo governo da autarquia da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Eu não me tinha apercebido do pormenor dos óculos, mas se calhar está em linha de coerência. De facto, com a música que tu tocas e tocada dessa maneira, estás em condições para gravar um CD, com êxito garantido em qualquer lado.-----

Admirei o teu esforço para justificar o Orçamento Municipal. Não era preciso porque compreendemos isso. Eu vou votar a favor do Orçamento Municipal pelas razões que tu disseste, e ainda mais, pelo facto de eu ter acompanhado, mais ou menos de uma forma próxima, a postura da Câmara e do seu Presidente, um homem seríssimo e honesto.-----

Agora, vou fazer uns comentários. Sobre a discussão do Orçamento Municipal ser à porta fechada, ao contrário do que aqui se disse, eu acho que é uma evolução positiva. Já lá vai o tempo em que o Vereador António Tavares defendia que nas reuniões de Câmara a mesa não devia ser redonda, mas em U, deviam estar todos virados para o público, o público devia ser o primeiro a ser atendido, portanto, agora, discutir à porta fechada é uma evolução positiva. Nós estamos sempre a aprender! E se isso significa ir no sentido do Dr. Alberto João Jardim, então eu acho extraordinário, porque ele é indubitavelmente o maior político português desde o 25 de Abril. Nunca perdeu nenhuma eleição em regime democrático! É um homem espantoso! E com obra feita na Madeira! E sendo que o Partido Socialista já bisbilhotou a vida dele toda, desde os tempos imemoriais do bisavô, ainda não ouvi ter sido acusado até hoje de desvio de vinte e cinco tostões.-----

Vocês são contra os aumentos dos impostos, eu também. Sou a favor da diminuição dos impostos, do aumento dos salários, subsídios de reinserção, subsídios de desemprego, transferências para as Câmaras, mas isso não pode ser, como toda a gente sabe.-----



Estou de acordo com o deputado municipal João Filipe Carronda quando diz não saber para onde vai o dinheiro dele no Orçamento do Estado, mas nós só não sabemos do dinheiro que é roubado, o do BCP, BES, patacas de Macau, etc. E esse é o problema, porque se trata de muito dinheiro e esses «gajos» são insaciáveis. Mas finalmente chegou um tempo, eu não vou dizer que é por ser o atual Governo, em que começamos a ver «peixes grandes» a serem «encanados».-----
É ótimo a dívida da Câmara e o prazo de pagamentos a fornecedores estar a diminuir, mas também não há assim grandes compras. O tempo em que o João Filipe Carronda e os outros Carrondas levavam por ano centenas de manilhas, tijolos e blocos, sacos de cimento, tout venant e centenas de contos de transferências, aí era baril. Mas eu nunca te ouvi dizer ao Presidente da Câmara para não te mandar esses materiais para Vila Verde porque não querias que a Câmara se endividasse. - Finalmente e a propósito da dívida, sei que há Câmaras que fizeram obras e se endividaram muito mais e, agora, ainda vão receber alguma coisa das outras Câmaras, através do Fundo de Coesão Municipal. Ainda há gente finória!!!-----
Já agora e em termos sociais, gostava que o Presidente da Câmara tivesse a gentileza, numa próxima sessão da Assembleia Municipal, de nos informar qual é a dívida da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, quanto deve o Município à empresa, nomeadamente de rendas, e quanto gasta por ano a Câmara Municipal em livros e refeições para os coitadinhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "É absolutamente legal realizar reuniões de Câmara à porta fechada, e é prática corrente nas outras Câmaras. Quanto ao Partido Socialista ter deixado o país nesta miséria, isso já não cola e cansa, porque realmente não foi Portugal que foi governar outro país qualquer e não foi em Portugal que rebentou a crise. Ela rebentou, mais propriamente, na América, que quando espirra, o mundo todo fica constipado.-----
Sinto-me muito orgulhosa deste Orçamento Municipal, porque herdar uma Câmara com os problemas que esta enfrentava, não foi pera doce. Apesar da herança complicada, houve empenho, profissionalismo, competência, rigor, e projetou-se uma imagem credível porque se cumpriram compromissos assumidos, no âmbito de uma política de saneamento financeiro, cujos resultados são já visíveis. Neste momento, a imagem do Município da Figueira da Foz merece toda a nossa consideração."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Grato por terem reparado nos meus novos óculos, digamos armações, porque as lentes são as mesmas, por isso, continuo a ver da mesma forma.-----

Relativamente à questão dos impostos, deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, a Derrama e o Imposto Municipal sobre Imóveis correspondem a meios que o Governo concede aos Municípios para governarem, libertando-se de responsabilidades. Isto são impostos lançados a nível central, não se trata de impostos municipais.-----

O Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente do ano passado para este ano diminuiu 106 mil euros, aquilo que aumentou aqui foi a participação variável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. O Governo fez aquilo que fez, no ano passado foram transferidos 08.490 milhões de euros, e este ano 09.107 milhões de euros.-----

A Figueira da Foz tem uma condição que muitos outros Municípios não têm - contribui numa área social, que não é assim tão visível, com 01.600 milhões de euros de subsídio às rendas. Mas já quando o deputado municipal José Elísio Oliveira era Vereador da Câmara Municipal se pagava. E disse muito bem, as Câmaras que cumprem ainda têm de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, para os Albertos Joões Jardins. Desculpem lá, fazer obras com o dinheiro e o empenho dos outros, também se ganham eleições. Não tenho dúvidas que se eu deixasse a minha Freguesia com obras, ela ficaria também endividada.-----

Naquele tempo, não me mandavam centenas de manilhas, tijolos e sacos de cimento, mas o que mandavam eram migalhas comparadas com as despesas da Câmara. Mas as obras para as quais necessitava desse material estão lá feitas.-----

Por isso, este é um Orçamento Municipal louvável e deve ser reconhecido como tal. Quanto aos membros do executivo da Coligação Somos Figueira surpreenderam-me ao manifestarem-se, sem votar. O voto de protesto poderia ser lavrado em ata, mas isso não implicaria deixarem de votar um documento tão importante. Não consigo entender..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "Eu não consigo perceber, no meio disto tudo, é que se calhar devíamos penalizar o Executivo. E porquê? Porque eu acho que o Executivo, pela questão da reunião à porta fechada, perdeu uma oportunidade excelente de divulgar, efetivamente, o bom trabalho feito ao longo dos anos. Portanto, deveria ter feito a reunião à porta aberta, divulgado com a população e o impacto dos jornais, e teríamos, como bem disse o deputado municipal João Paulo



Tomé, toda a gente a dizer que o país devia ser governado como é o Município da Figueira da Foz.-----

Quero fazer uns agradecimentos ao Governo, essencialmente porque em 2015 vamos ter mais uma famosa taxa verde - no gasóleo e na gasolina perspetivam-se 0,08 € de aumento. Trata-se de um aumento brutal quando os combustíveis a nível internacional estão num preço reduzido histórico. Eu acho que, de uma vez por todas, temos de começar a falar nas coisas que se repercutem no nosso dia a dia, e devemos protestar. Temos de ser honestos e lutar todos pela mesma situação, porque há taxas e impostos atualmente a serem lançados pelo Governo que são injustos. Por exemplo, a fatura da EDP com um aumento de 3,3% em 2015. Se temos as barragens cheias porque tem chovido imenso, e o preço do petróleo e do gás em mínimos de uma década, qual a razão deste aumento brutal?!-----

É legítima a posição da Coligação Somos Figueira, de não querer dar de mão, não querer publicitar o bom trabalho deste Executivo Municipal, mas não vamos fazer demagogia com estas situações, nem levantar ambiguidades. Vamos falar do que é real e do que sentimos todos nós, enquanto individuais e empresas, nos custos do dia a dia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Registei aqui o seguinte - João Filipe Carronda, as manilhas, o cimento, os blocos e o ferro eram migalhas. Sei que eram, mas davam jeito. O Presidente da Câmara Municipal não está aqui neste momento para nos ouvir, mas mete lá uma cunhazinha para que ele continue a mandar umas migalhas lá para a gente.-----

Não quero acreditar que a intervenção do deputado municipal Fernando Miguel Pereira seja uma crítica do Partido Socialista ao Executivo Municipal, pelo facto do Partido Socialista ter feito as reuniões de porta aberta. É uma censura?!-----

Deputada municipal Isabel Guardão Tavares, eu não disse que era ilegal fazer as reuniões à porta fechada. Também não disse que outras Câmaras não o façam. O que eu disse e digo, é que me espanta ser o Partido Socialista a fazê-lo e não o Partido Social Democrata ou o CDS - Partido Popular, partidos de direita e malvados. O Partido Socialista, um partido de esquerda, do povo, das liberdades, aberto a tudo e mais alguma coisa, é que tira esse direito às pessoas de assistirem às reuniões!!!-----

Parabéns ao Executivo porque encontrou a Câmara num estado de desgraça e está a recuperá-la financeiramente - aceito essa posição. Agora, a questão não é essa,



a autarquia não estava em desgraça, estava sim numa difícil situação financeira. Em desgraça não estava porque não foi preciso adotar para esta Câmara nenhuma medida excepcional, nem extraordinária para a recuperar, como se aplicou a outros Municípios do país. Havia outras Câmaras bem piores e algumas delas do Partido Socialista.-----

Eu subscrevo os parabéns à Câmara Municipal, mas gostava que vocês também subscrevessem os parabéns ao Governo, porque o país não tinha credibilidade em lado nenhum e hoje somos um país com crédito, respeitado na Europa e no Mundo. Mas isso vocês não dizem. Não dá jeito!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Há aqui uma questão de fundo que eu gostava muito que os deputados municipais do Partido Socialista da Figueira da Foz entendessem. A nossa posição clara tem a ver com o facto de nos abstermos na votação deste Orçamento Municipal. Significa que lhe reconhecemos algumas virtualidades e é por isso que não votamos contra.-----

É preciso salientar que uma boa parte da dose de exequibilidade deste Orçamento Municipal tem a ver com o brutal aumento de receita que não estava contemplada no Plano de Saneamento Financeiro. Essa é a questão de fundo. E por uma questão de coerência democrática da parte de V. Ex.^{as}, valia a pena absterem-se de fazer tantas críticas ao Governo. É nesse sentido que eu digo que os principais apoiantes deste Governo devem ser os Vereadores do Partido Socialista da Figueira da Foz, porque ele só vos tem dado benesses. Era bonito da vossa parte serem contra a austeridade, mas contra a austeridade total, e dizer assim - a parte do Imposto Municipal sobre Imóveis que diz respeito ao aumento de impostos nós não a queremos."-----

Falo de milhões de euros que os senhores têm de reconhecer que em relação ao Plano de Saneamento Financeiro há um superavit.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Eu não disse que o deputado municipal José Elísio Oliveira estava a dizer que era ilegal. Eu afirmei que muitos Municípios do país também fazem as suas reuniões de Câmara à porta fechada. E o Presidente da Câmara decidiu assim, ele gosta pouco de show off e é mais low profile. Acho que passa um bocadinho por aí. E não é por uma das reuniões ser à porta fechada que assuntos concretos deixam de ser tratados com honestidade.-----

Não percebo como o meu querido colega pode dizer que devemos dar vivas ao



Governo. Por amor de Deus! Já o conheço há muito tempo e nunca pensei ouvi-lo dizer uma coisa destas. Repare, êxodo completo de jovens, os nossos melhores cérebros saíram do país! O desemprego continua a aumentar, há pobreza e o arrasamento completo do Serviço Nacional de Saúde. A classe média está completamente arrasada. Neste momento, nós já devíamos estar na retoma completa e o país continua no caos e à beira de um novo resgate.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Só um ponto de ordem à Mesa - nós estamos a gastar o tempo sem aduzir argumentos que convençam uns, retirem argumentação a outros e nos ajudem a trabalhar. Em consequência, os próximos pontos serão atabalhoadamente discutidos.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “Deputado municipal José Elísio Oliveira, estou totalmente de acordo e o Executivo perdeu a oportunidade de fazer um brilharete em termos de comunicação social.-----

Eu admiro-me muito da forma acérrima como defende o Governo, e gostaria de um dia termos uma Assembleia Municipal em que eu lhe pudesse demonstrar uma série de situações em termos do Portugal nos últimos dez anos.-----

Eu vou-lhe dar um exemplo do que foi um famoso Verão de uma crise Paulo Portas/Passos Coelho. É nacional. Quanto custou ao País?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Isto está mal e vocês criticam. Mas olhe que no tempo em que os carros andavam só com as matrículas pares às segundas, quartas e sextas e as matrículas ímpares às terças, quintas e sábados, e não havia géneros alimentícios para se comprar, estava melhor?!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, onde estão as benesses do Governo? Já fez as contas aos cortes nos subsídios, pensões, educação, saúde e aos aumentos na água, eletricidade e combustíveis? Afinal de contas, de onde vem o dinheiro?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Lamento que a Coligação Democrática Unitária não acompanhe a bondade deste Orçamento Municipal, fundamentalmente, por achar que entre a aquisição de bens e a poupança em pessoal nós declaradamente optamos pela aquisição de bens.-----

Se vir os documentos, está lá uma significativa diminuição da despesa na



aquisição de bens, de 01,2 milhões de euros, portanto um cuidado claro a esse nível.-----

Poupança de pessoal - houve vinte aposentações e apresentamos a abertura das contratações absolutamente necessárias. Realmente, há uma política que aponta muito para o recurso ao outsourcing, no sentido de limitar a capacidade das instituições públicas de contratualizar. O Município deve contratar apenas aquilo que é indispensável e qualificar e adaptar o pessoal que tem. Neste momento, temos 490 funcionários no quadro e ainda podemos reduzir.-----

Não há diminuição da Derrama. Houve, sim, um ajustamento da Derrama e compensações efetuadas ao nível da Autoridade Tributário e Serviços do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, porque durante muito tempo se fez um cálculo em função do número da sede das empresas, houve várias reclamações e sentiu-se a necessidade de uma norma interpretativa. Portanto, o Estado conferiu a possibilidade de, até à entrada em vigor dessa norma, as empresas poderem beneficiar de retornos.-----

A Derrama deste Concelho estima-se em cerca de 04,5 milhões de euros. E abençoada Derrama, porque este imposto faz todo o sentido, as empresas têm impacto social, obrigam a despesas acrescidas, trazem benefícios, mas também é bom que contribuam para a receita da sua comunidade. E estamos a falar de receitas da comunidade. Esta coisa de cobrar impostos é natural, tão natural como respirar. Como se desenvolvem políticas públicas sem cobrar impostos? Este imposto que não diminuiu, e o tecido empresarial não encolheu na Figueira da Foz e nós vamos demonstrá-lo. Felizmente, no ano de 2014 a faturação aumentou para cerca de 02,5 mil milhões de euros no todo empresarial, o que é excelente. Temos um tecido empresarial resiliente, houve empresas que cresceram significativamente e houve algumas que diminuíram, nomeadamente por causa da crise do arroz e da questão das pescas.-----

Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, este ano recebemos cerca de 01,8 milhões de euros de receita, quando devíamos receber cerca de 04,5 milhões de euros. Não houve nenhum aumento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, houve sim aumento receita porque houve uma atualização dos prédios. Aquele imposto já era devido se a avaliação tivesse sido feita a seu tempo.-----

De resto, houve uma diminuição significativa da receita e se verificar no Quadro comparativo do Plano de Saneamento Financeiro com o volume de receita apurado, se tirar num lado e colocar no outro, é praticamente igual.-----

E tudo o que aqui está dito na Moção da Coligação Democrática Unitária é



corroborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde se integram Municípios do Partido Social Democrata. De facto, há desde há cinco anos uma significativa diminuição das receitas municipais. Está anunciada a supressão do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, foi muito sensível a diminuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, continua por se atualizar as verbas das transferências devidas pela ação educativa... Nós suportamos mais de 50% daquilo que gastamos, e digo já que em termos de refeições, jardins de infância, transportes, etc., estamos a falar de cerca de 01,3 milhões de euros, ou seja, destes apenas recebemos cerca de 500 mil euros. Se quiser comparar os quadros de obtenção de receita da década de 2000/2008 verifica que eu tenho razão.-----

Não há nenhuma benesse do Governo a favor dos Municípios, pelo contrário. Aquilo que ganhamos em aumento de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis, não em aumento do imposto do Imposto Municipal sobre Imóveis, equivale ao que perdemos em termos da Derrama.-----

As Águas estão concessionadas, a rede de água está concessionada há longa data e nós tentamos, de alguma forma, moderar os gastos de investimento e de despesa que estava a ser efetuada, para evitar o aumento do tarifário. Não vejo nenhum inconveniente na pontual concessão de serviços públicos. Sou contra a privatização dos serviços públicos. Liderei um processo que espero levar avante contra a privatização da Empresa Geral do Fomento, mas não vejo nada contra num saudável acordo entre concedente e concessionário de atribuir a concessão e exploração das águas. Na questão das limpezas e, pontualmente, para cobrir alguns impactos sazonais, recorreremos a outsourcing. A recolha de lixo é efetuada também em sistema de outsourcing e, como sabe, o outro sistema multimunicipal de tratamento é bem efetuada pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. Tem qualidade e bom tarifário.-----

Nós temos ainda aqui 06 milhões de euros que continuam a ir para o serviço da dívida, portanto, não são aplicados - cerca de 04 milhões de euros em termos de redução de dívida e 01,9 milhões de euros para pagar juros. E vamos continuar assim por mais uns anos.-----

Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, seria bem saudável gerir o Município sem serviço de dívida. São 06 milhões que se deixam de investir. Temos ainda a possibilidade de libertar 05 milhões de euros para investimento, eu registo e dou resposta ao deputado municipal José Elísio Oliveira, embora ele não concorde muito comigo, mas também não podemos estar sempre de acordo. Nós sentimos que há



um compromisso social no nosso desempenho, porquanto, 03,9 milhões de euros são para a ação social. Temos 01,3 milhões de euros de subsídio à renda técnica para a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal. É um excelente contributo dado pelo Município da Figueira da Foz, com políticas sociais de integração e de apoio à família, inseridas, depois, nos Conselhos Locais e toda a atividade que poderá implicar uma visão integrada de inclusão social.-----

A dívida da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal deve ascender a cerca de 13/14 milhões de euros, sendo que a empresa é sustentável através deste processo de financiamento de renda. É política social, embora possamos discordar, mas são opções que já vêm de trás. Podemos ter um parque habitacional excessivo, se calhar, mas temos de honrar os compromissos assumidos.-----

Gastamos 700 mil euros em transportes escolares para garantir minimamente o transporte das nossas crianças, e volto a repetir que esta transferência de competência foi contratualizada na década de 1980 e nunca mais foi atualizada. E sobre o ensino obrigatório somos obrigados a prestar serviços mínimos, mas criaram-se e geraram-se uma série de competências que neste momento já chegam ao 12.º Ano. Se comparar aquilo que recebemos e aquilo que pagamos, pode ver que há um esforço de cerca de 01,4 milhões de euros. Embora não estejamos obrigados, mantivemos a questão do prolongamento de horários para apoio às famílias. Temos um investimento faturado e incluído de 500 mil euros, via EDP, no Centro Social de Vila Verde, mais 100 mil euros previstos para o Centro de Saúde de Lavos. Vamos avançar com a construção da Escola da Marinha das Ondas, independentemente, de saber se podemos, ou não, encaixar nos fundos europeus, porque queremos fechar este ciclo dos parques escolares. E é pena que não se tenha tido possibilidade de beneficiar do quadro comunitário anterior.-----

Depois, obviamente, o que resta está muito orientado para a política de pavimentação, por ser absolutamente imprescindível, e agora aqui incluimos já, à última da hora, esta obra de cerca de 300 mil euros de beneficiação da Estrada Nacional 109 entre Marinha das Ondas e Santa Luzia de Lavos.-----

É com orgulho que digo «deixamos de ser um Município endividado». A Câmara está já a pagar a despesa de novembro, ou seja, a cerca de 45 dias, e isso permite-nos comprar bem, mais barato e com alguma credibilidade.-----

Sobre a publicidade, ou não, das reuniões de Câmara, elas são reuniões de executivo, só são abertas ao público, diz a lei, apenas para receber o público e



recolher as suas recomendações e sugestões. Não se trata de um órgão deliberativo, de debate, como é a Assembleia Municipal. Inclusivamente, a maior parte da documentação discutida nas reuniões de Câmara está sujeita a sigilo e, só depois de deliberado, é que se pode ter acesso. Nunca se deu tanta visibilidade às reuniões de Câmara como se está a dar agora. Gerir não é um ato de constante exuberância ou publicidade contínua. Faça o levantamento das Câmaras do Partido Social Democrata que cumprem a lei e venha-me tentar demonstrar que elas não adotam esta metodologia. Ouvi muitos pares do Partido Social Democrata. Foi aprovado em sede de Regimento da Câmara Municipal e não é razão para saída ou escusa de votação. Eu não preciso de propaganda, eu só preciso que as pessoas estejam informadas. Não me podem apodar de ter uma postura antidemocrática, quando cumpro a lei.-----

Tenho pena que a Coligação Democrática Unitária não acompanhe este Orçamento Municipal, ainda que com uma abstenção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Primeiro, eu não disse que os senhores tinham aumentado impostos. O que eu queria dizer é que não abdicaram das taxas máximas na maior parte deles.-----

Em segundo lugar, em relação à sua argumentação sobre as reuniões à porta fechada. Obviamente, quem sou eu para discutir consigo leis, e isto nem sequer é uma questão legal. Esta questão é moral e a sua argumentação vai para dentro do seu Executivo, porque entre vós não é nada claro que estejam de acordo em relação a isso.-----

Em terceiro lugar e para terminar, disse não precisar de publicidade e propaganda, porém, no Relatório Financeiro enviado, na última página pode ler-se que de 2013 para 2014, a despesa com publicidade e propaganda subiu de 02 mil euros para quase 45 mil euros.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Se quiser discutir comigo as despesas do Centro de Artes e Espetáculos eu faço consigo uma reunião à porta fechada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Mário Menezes Paiva, Mafalda Mendes Azenha, Jorge Bugalho Silva e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira Ricardo



Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues e Carlos Cação Jesus, deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, do membro da Coligação Somos Figueira Filipe Dias, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, oito abstenções dos restantes membros da Coligação Somos Figueira e do membro do Bloco de Esquerda, e três votos contra da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

1 - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2015-2018 e Orçamento para o ano de 2015, o qual integra todos os documentos e anexos previstos no art.º n.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

2 - Aprovar as Normas de Execução Orçamental;-----

3 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2015, nos termos do n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----

4 - Tendo em vista a simplificação e celeridade processuais e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar previamente o Município da Figueira da Foz a assumir compromissos plurianuais nos casos em que:-----

- resultem de projetos, ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----

- os encargos correspondentes não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, e o prazo de execução de três anos;-----

- resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico e de trabalhos de investimentos ou outros legalmente previstos;-----

5 - A assunção dos compromissos a coberto desta autorização prévia, só será possível, quando para além das condições previstas no número quatro da presente deliberação, sejam respeitadas as regras e procedimentos determinados pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e demais requisitos legais de execução de despesas, e sem prejuízo das disposições emergentes do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

6 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal o Município da Figueira da Foz deverá apresentar informação elencando os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização genérica.-----

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Orçamento e Grandes



Opções do Plano, tendo em vista ajustar as dotações da ação «Reabilitação da EN 109 - Troço Gala/Marinha das Ondas», e do investimento «Beneficiação do Viaduto do IP3 sobre a EN 109», reduzindo o valor da despesa inicialmente prevista, e aumentar o Orçamento Municipal da Receita, inscrevendo o montante correspondente à previsão da comparticipação comunitária.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ ELÍSIO apresentou a seguinte Declaração de Voto: "Votei a favor por considerar ser o Orçamento possível face aos tempos de crise.-----
Por outro lado, vejo a minha freguesia minimamente contemplada neste documento, o que registo com agrado.-----

Subscrevo as palavras do Presidente quanto ao pagamento da derrama. As empresas criam impactos e como tal devem contribuir para o Município, como contrapartida dos mesmos. No entanto, três das maiores empresas do distrito de Coimbra localizam-se em Lavos, e algumas outras de entre as vinte primeiras. Refiro-me obviamente à Soporcel, à Specialty Minerals Portugal, à Soporcel Papeleira, à Gyptec Ibérica, à United Resins, à Sorefoz e a outras. Por isso, são os lavoenses a suportar mais diretamente os tais impactos causados por essas empresas. Isto não é nenhuma invenção, é a realidade. Por estas mesmas razões eu entendo que a Freguesia de Lavos devia ter contrapartidas muito específicas dessas derramas correspondentes a milhões de euros para o Município.-----

Voto ainda a favor do documento, por crer e não ter dúvidas que o Presidente da Câmara é um homem sério e cumpridor da sua palavra, e, portanto, quero acreditar que finalmente, em 2015, os Carvalhenses irão ter a sua Capela Mortuária."-----

5.2 - ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2015

Pelo Presidente da Câmara foram presentes os Acordos de Execução a outorgar com as freguesias, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Formalizam, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais, designadamente, em matéria de manutenção de espaços verdes, limpeza das vias públicas, reparações/substituições de mobiliário urbano instalado em espaço público não concessionado, e pequenas reparações em estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Estes acordos vigorarão no ano de 2015 (01 de janeiro a 31 de dezembro).-----



Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião extraordinária de Câmara de 10 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Mário Menezes Paiva, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão e Ana Raquel Correia, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.º 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar acordos de execução com todas as freguesias do Concelho, delegando-lhes as competências previstas no n.º 1 do art.º 132.º do diploma legal invocado.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES RELATIVA AOS RENDIMENTOS DE 2015

Presente uma informação do Departamento de Administração Geral e Finanças propondo a fixação de uma participação variável, não inferior a 4,5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2015.-----

Esta proposta foi elaborada ao abrigo das disposições previstas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e com fundamento no facto desta participação variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ser a componente da Participação de Impostos do Estado com um comportamento mais dinâmico e consistente com os compromissos assumidos no quadro do Plano de Saneamento Financeiro, em particular, a maximização de receitas.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião extraordinária de Câmara de 10 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista



Fernanda Marques Lorigo, Mário Menezes Paiva, Jorge Bugalho Silva e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições previstas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, deliberou, por unanimidade, fixar em 4,5% a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2015, devendo esta deliberação ser comunicada à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro de 2014, sob pena do Município perder o direito à mesma.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS" - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS

Pela Divisão Jurídica foi presente uma informação dando nota que, na sequência da aprovação da proposta de cessão da posição contratual da empreitada de "Construção do Quartel dos Bombeiros Municipais", da posse administrativa da obra, e conseqüentes prorrogação do prazo de execução da mesma e reprogramação física e financeira do financiamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional-Programa Operacional de Valorização do Território, se torna necessário aprovar a plurianualidade das despesas decorrentes da empreitada pelos anos económicos de 2014 e 2015.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 06 de outubro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Mário Menezes Paiva, Jorge Bugalho Silva e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus e Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município



da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com prorrogação do prazo de execução da empreitada de "Construção do Quartel dos Bombeiros Municipais", pelos anos económicos de 2014 e 2015, os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2014 - 282.328,12 € (duzentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e oito euros e doze cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

2 - Ano económico de 2015 - 282.328,14 € (duzentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e oito euros e catorze cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONCURSO "PRÉMIO FIGUEIRA IMAGEM"

Pela Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico foi proposta uma alteração ao n.º 4 do art.º 7.º do Regulamento do Concurso «Prémio Figueira Imagem», no sentido de alargar a data de apresentação de candidaturas até ao dia 31 de julho de 2015, se até ao final do prazo inicialmente previsto (31 de outubro de 2014) não tiver dado entrada um número mínimo de cinco candidaturas para cada um dos temas constantes do Regulamento.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 06 de outubro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus e Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração ao n.º 4 do art.º 7.º do Regulamento do Concurso «Prémio Figueira Imagem», cuja redação final se dá aqui por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROPOSTA DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO E RECONHECIMENTO AO GOVERNO PORTUGUÊS, PELA REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PROTEÇÃO DA



ORLA COSTEIRA EM BUARCOS, SÃO PEDRO, COSTA DE LAVOS E PRAIA DA LEIROSA, APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO SOMOS FIGUEIRA

Pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira foi presente um voto de congratulação e reconhecimento ao Governo Português pela realização das obras de proteção da orla costeira em Buarcos, São Pedro, Costa de Lavos e Praia da Leirosa, locais do litoral figueirense frequentemente mais devastados pelo avanço do mar.-----

Este voto de congratulação foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 20 de outubro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Tal como eu previa estamos a discutir as coisas atabalhoadamente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não é no Período de Antes da Ordem do Dia que nós temos estado a perder tempo, porque é um importante período eminentemente político. Temos, isso sim, perdido tempo à volta de argumentos repetitivos, e essa foi a razão da minha intervenção de há pouco. -----

Sobre este ponto, que nós vamos votar contra, gostaria de perguntar: para que servem os Governos?!?! Nós elegemos Governos para tomarem conta do país e da coisa pública e fazerem o melhor que podem com os nossos impostos. Se nós elegemos o Governo para isso, por que razão quando ele faz um cacaréu, com asa ou sem asa, se propõe um Voto de Congratulação? Para nós não faz sentido."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Tenho um amigo meu Sportinguista que gosta mais de ver o Benfica perder que o Sporting a ganhar. E eu percebo esta irritação da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz... Valeria a pena perguntar, também, para que servem as oposições. Se aceitamos a crítica, seja ela construtiva ou destrutiva, não me parece bem democraticamente criticar por criticar e dizer que é um cacaréu, até porque este assunto visou o bem de todos aqueles que trabalham na Docapesca. Se foi um ato bem feito por que não o Voto de Congratulação?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Este voto foi proposto da Coligação Somos Figueira e nós acompanhamos. Houve sucessivos apelos da parte do Executivo junto do Secretário de Estado, e até convites para cá se deslocar, e havia várias opções. No domínio das opções, de facto, o Secretário de Estado teve uma atenção para connosco e executou aquilo em tempo útil. Estamos a falar da Tamargueira e da reposição da orla de proteção da Costa de Lavos e São Pedro, reposição dos esporões e a parte



ao lado da Leirosa. É evidente que isto tem comparticipação comunitária, mas a diligência é reconhecida e, por isso, acompanhamos esta proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, Isabel Guardão Tavares, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Voto de Congratulação e Reconhecimento ao Governo Português pela realização das obras de proteção da orla costeira em Buarcos, São Pedro, Costa de Lavos e Praia da Leirosa, locais do litoral figueirense frequentemente mais devastados pelo avanço do mar.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ ELÍSIO apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Votei a favor desta proposta e congratulo-me com o facto desta obra finalmente estar a ser executada, já que vinha sendo prometida há cerca de 10 anos e sistematicamente adiada.-----

Agradeço também ao Presidente da Câmara o empenho e os esforços desenvolvidos, acompanhando a Junta e outras entidades junto do Governo para que a obra fosse uma realidade.-----

Considero, no entanto, que esta obra não basta no tocante à Costa de Lavos. Podemos entendê-la apenas como uma primeira fase, porquanto para o trabalho ficar bem feito e ter resultados práticos positivos por muitos anos é, a meu ver, absolutamente necessário que ela seja completada com a construção de um pequenino esporão a sul do existente, na continuação da margem norte do rego do Sul e enrocar a barreira no espaço compreendido entre a Avenida José Elísio e o Parque da Areia Branca. Sem estas duas obras complementares o que foi executado agora pode resultar por algum tempo mais, mas a breve prazo não tem efeito prático nenhum.”-----



MUNICIPAIS DA FIGUEIRA DA FOZ

Subscrito por todos os elementos da Câmara Municipal, foi presente um voto de congratulação e reconhecimento ao Corpo de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz, pelo apuramento para a final do Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento, realizado no Reino Unido, onde conseguiram o nono lugar num universo de 30 países representados.-----

Este voto de congratulação foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 03 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Vamos votar favoravelmente este Voto de Congratulação, mas gostaria que esta Assembleia Municipal, nesta época, redigisse um Cartão de Natal aos Bombeiros Municipais e Voluntários, em nome de todos os seus membros, porque eles são as pessoas que diariamente olham por nós e arriscam muitas vezes a sua própria vida, mesmo que nunca entrem em Concursos ou ganhem prémios.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, Isabel Guardão Tavares, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação e Reconhecimento ao Corpo de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz, pelo seu apuramento para a final do Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento, realizado no Reino Unido, e classificação obtida, demonstrativa da qualidade da formação e capacidade de ação dos elementos que o integram.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.8 - CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO NO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM)
- PARA CONHECIMENTO**

Pelo Adjunto do Presidente foi presente uma informação dando nota que, com a criação do Fundo de Apoio Municipal pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e a aprovação do seu regime jurídico e regulamentação pela Lei 53/2014, de 25 de agosto, o Município da Figueira da Foz tem de contribuir com 1.932.647,61 € para o seu capital social, calculado nos termos do art.º 17.º do último diploma



invocado.-----

A realização deste capital social por parte dos Municípios é feita no prazo máximo de 07 anos, em duas prestações anuais, a ocorrerem nos meses de junho e dezembro, e com início em 2015. No caso vertente, a Câmara Municipal da Figueira da Foz terá de despende anualmente 276.093,00 €, entre 2015 e 2020, e em 2021 o montante será de 276.089,61 €.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião extraordinária de Câmara de 10 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, Isabel Guardão Tavares, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, tomou conhecimento da comparticipação da Câmara Municipal da Figueira da Foz no capital social do Fundo de Apoio Municipal, no valor de 1.932.647,61 € (um milhão, novecentos e trinta e dois, seiscentos e quarenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), a ser realizado no prazo máximo de 07 anos, em duas prestações anuais, nos meses de junho e dezembro, e com início em 2015, despendendo anualmente 276.093,00 € (duzentos e setenta e seis mil e noventa e três euros) entre 2015 e 2020, e 276.089,61 € (duzentos e setenta e seis mil e oitenta e nove euros e sessenta e um cêntimos) em 2021.-----

**5.9 - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO
- 1.º SEMESTRE DE 2014 - PARA CONHECIMENTO**

Presente um Relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro referente ao primeiro semestre do ano de 2014, elaborado pelo Departamento de Administração Geral e Finanças/Divisão de Finanças e Património, nos termos da alínea c) do n.º 4 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de março, ambos na sua última redação, aplicáveis por força do disposto no art.º 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião extraordinária de Câmara de 10 de novembro de 2014.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, Isabel Guardão Tavares, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, tomou conhecimento do Relatório de Monitorização do Plano de Saneamento Financeiro, relativo ao primeiro semestre de 2014, elaborado nos termos da alínea c) do n.º 4 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de março, ambos na sua última redação, aplicáveis por força do disposto no art.º 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.-----

5.10 - RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2014 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO - PARA CONHECIMENTO

Presente um Relatório da situação económica e financeira do Município da Figueira da Foz reportada ao período de janeiro a junho de 2014, elaborado pelo Departamento de Administração Geral e Finanças/Divisão de Finanças e Património, acompanhado da informação do auditor externo LCA - Leal Carreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficial de Contas, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.----- Este processo foi presente para conhecimento à reunião extraordinária de Câmara de 10 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, Isabel Guardão Tavares, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, tomou conhecimento do Relatório da situação económica e financeira do Município da Figueira da Foz, reportada ao primeiro semestre de



2014, e da informação do auditor externo LCA - Leal Carreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficial de Contas, elaborados em cumprimento das disposições emergentes da alínea d) do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.-----

5.11 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA SUA SESSÃO DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 - PARA CONHECIMENTO

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente a informação n.º 14955, de 18 de novembro de 2014, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação de 30 de dezembro e 2013 da Assembleia Municipal, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Esta proposta foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 24 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, Isabel Guardão Tavares, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação deste órgão deliberativo de 30 de dezembro de 2013, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

5.12 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO 2.º VOGAL DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, PARA CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

Presente uma proposta do Presidente da Câmara no sentido de se substituir o 2.º vogal do Júri do procedimento concursal de direção intermédia de 2.º grau, para Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, com fundamento no



facto do vogal anteriormente designado não poder continuar os trabalhos por motivos de saúde.-----

Esta proposta foi aprovada em sede de reunião de Câmara de 24 de novembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara, nos termos do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e atenta aos factos aduzidos, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes de Junta das Freguesias de Bom Sucesso e Lavos, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a substituição do 2.º vogal do júri de recrutamento para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, passando o Júri a ter a seguinte constituição:-----

Presidente - João Albino Rainho Ataíde das Neves, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Primeiro Vogal - Ana Maria Sequeira da Silva Carvalho Oliveira, Vereadora do Município da Figueira da Foz, Segundo Vogal - José Alberto Arêde Negrão, Diretor Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Cantanhede.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.13 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO, NO CAPÍTULO RESPEITANTE AOS MERCADOS MUNICIPAIS

Pelo Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas, na parte respeitante aos Mercados Municipais, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

As alterações traduzem-se na nova redação do art.º 80.º da Tabela de Taxas, atribuindo-se valores distintos a cobrar pelas câmaras frigoríficas em consonância com a sua dimensão, e o aditamento do art.º n.º 81.º-A introduzindo uma taxa pelos pedidos de troca de lugares de venda.-----



Esta proposta foi presente e aprovada em sede de reunião de Câmara de 01 de dezembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto nas alíneas b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração à redação do art.º n.º 80.º, e o aditamento do art.º 81.º-A à Tabela de Taxas e Outras Receitas em vigor no Município da Figueira da Foz, bem como, a fundamentação económico-financeira dos valores propostos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.14 - PROPOSTA DE ADITAMENTO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO - DEFINIÇÃO DAS TAXAS PARA A UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE RELVA SINTÉTICA E DO CAMPO DE RELVA NATURAL DO ESTÁDIO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ BENTO PESSOA

Na resolução do protocolo para a concessão das instalações desportivas do Estádio Municipal José Bento Pessoa, celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Associação Naval 1.º de Maio, e da aprovação de um Regulamento de Utilização daquele equipamento desportivo, o Departamento de Administração Geral e Finanças propõe agora o aditamento de um art.º 109.º à Tabela de Taxas e Outras Receitas, fixando as taxas a cobrar pela utilização dos Campos de Relva Sintética e do Campo de Relva Natural do Estádio do Complexo Desportivo Municipal José Bento Pessoa, acompanhando esta proposta com a fundamentação económico-financeira dos valores propostos, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número nove à presente ata. ---- Este processo foi presente e aprovado em sede de reunião de Câmara de 01 de dezembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Consideramos demasiado elevadas as taxas a pagar pela utilização dos campos desportivos, campos sintéticos e relvado do Estádio Municipal José Bento Pessoa. Na situação atual em que se encontram os clubes



amadores, associações e o próprio desporto escolar, com sucessivos cortes nos seus subsídios, tal leva-nos a perguntar se será possível suportarem financeiramente a realização dos jogos e o pagamento das taxas propostas.-----
Consideramos ser possível cobrar taxas mais acessíveis no início desta gestão da Câmara Municipal. Esta medida protegerá o não abandono no Concelho de outras modalidades, já que algumas desapareceram, e que não seja reduzida a prática desportiva já de si tão pobre. A manter-se a proposta destes valores, quem mais uma vez sairá a perder será a população mais jovem, pela falta de apoio dos clubes e associações e, muitas das vezes, pela precária situação financeira das suas famílias.-----

É obrigação de todos a estimulação dos jovens para a prática do desporto, permitindo-lhes uma condição física mais saudável, o salutar convívio com os seus pares e o afastamento de «caminhos que envolvem perigos sérios na formação das suas personalidades».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Temos ali um investimento de cerca de 800 mil euros, que não estão a ser reportados em termos de fixação da taxa. Temos, agora, uma prestação de serviços de muito melhor qualidade, com alocação de meios, nomeadamente, águas quentes e mais funcionários. Portanto, os custos apurados foram diminuídos drasticamente para se aproximarem àquilo que fosse minimamente sustentado pelos utilizadores jovens. Não se esqueçam que eles pagam cerca de 20/30 euros por mês para a formação e nós vamos lá buscar uma ínfima parte.-----
O resto é má política, porque o que for gratuito e dado implica a sua consequente degradação e má qualidade.-----

Em suma, fizemos o maior esforço de aproximação aquilo que era razoável, e tomamos em consideração os pagamentos que os próprios jovens fazem para a sua formação. E ficou substancialmente muito abaixo do preço de custo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Não foi aqui sugerido por nós que a utilização fosse gratuita. Foi dito se se poderia fazer alguma coisa para se aproximar estas taxas à situação em que se encontram os Clubes. Olhando aqui para as taxas, a um Clube de formação custa muito caro a realização de um jogo, e isso repercute-se ao fim do mês nos seus encargos financeiros."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto nas alíneas b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar o aditamento do art.º 109.º à Tabela de Taxas e Outras Receitas em vigor no Município da Figueira da Foz, determinando as taxas a cobrar pela utilização dos Campos de Relva Sintética e do Campo de Relva Natural do Estádio do Complexo Desportivo Municipal José Bento Pessoa, bem como, a fundamentação económico-financeira dos valores propostos. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.15 - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE MUNICIPAL DE UM ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, SITUADO NA FREGUESIA DE BOM SUCESSO

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização da Fábrica de bikinis «Look Bikini, Ld.^a», através dos mecanismos previstos no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, dado que a mesma não possui licença de utilização para fins industriais, e está instalada em Espaço Agrícola Grau II. -----

A Junta de Freguesia de Bom Sucesso informa que a referida empresa dá emprego a 45 trabalhadores, na sua maior parte residentes na freguesia, e a não ser possível a sua regularização a fábrica não poderá recorrer a financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional e, eventualmente, deslocalizar-se-á para outro Concelho, deixando no desemprego muitos fregueses. ----- Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 01 de dezembro de 2014. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira. -----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “Congratulo-me pelo facto desta situação estar regulamentada e se poder manter 45 postos de trabalho numa zona em que as oportunidades não são muitas. -----

Quero, ainda, felicitar os empresários dessa mesma empresa que criaram um



projeto e, a partir do nada, conseguiram formar uma empresa com projeção nacional e internacional.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Fajardo Acúrcio.-----

MÁRIO FAJARDO ACÚRCIO: “Em nome do Executivo da Freguesia de Bom Sucesso, agradeço ao Presidente da Câmara Municipal e à sua Vereação, em especial à Vereadora Ana Carvalho Oliveira, que se empenhou a fundo na solução deste caso.- Como disse o deputado municipal Fernando Miguel Pereira, e muito bem, é uma empresa que procura novos mercados de trabalho, deseja expandir-se para a Europa, e precisava como do «pão para a boca» de ver esta questão solucionada.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal na regularização para indústria da Fábrica de bikinis «Look Bikini, Ld.ª», com fundamento na sua relevância económica e social como entidade empregadora para o Concelho, e em especial para a freguesia de Bom Sucesso, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização da atividade e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.16 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E DINAMIZAÇÃO DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO - ANO LETIVO 2014/2015 - RETIFICAÇÃO DOS PROCESSOS SUBMETIDOS À SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE ABRIL DE 2014 (PONTO 5.17) - EXTRA-AGENDA

Presente uma informação da Divisão de Educação e Assuntos Sociais propondo a celebração de um protocolo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas Figueira Norte no sentido de assegurar o fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo de Alhadas, em virtude do Refeitório da EB2/3 Pintor Mário Augusto ter deixado de funcionar em regime de exploração própria, passando no ano letivo 2014/2015 a integrar o concurso público de exploração/concessão,



promovido pelo Ministério da Educação e Ciência. Em consequência, enviam o processo para conhecimento da Assembleia Municipal e retificação da sua deliberação de 30 de abril de 2014, ponto 5.17 da respetiva ata.-----
Esta proposta foi presente e aprovada em sede de reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retificar a deliberação tomada na sua sessão de 30 de abril de 2014, ponto 5.17 da respetiva ata, no tocante ao Protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, relativamente ao fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo de Alhadas no Refeitório da EB2/3 Pintor Mário Augusto, cuja redação final se dá aqui por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número dez à presente ata.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.17 - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2014/2015 -
AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS -
RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SUBMETIDO À SESSÃO DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE 26 DE SETEMBRO DE 2014 (PONTO 5.2) - EXTRA-
AGENDA**

Pelo Presidente da Câmara foi proposto a atribuição de passe escolar, com retroatividade de pagamento reportada ao início do corrente ano letivo, aos alunos inscritos nos Cursos Vocacionais, com fundamento no parecer jurídico do advogado André Rocha, que concluiu serem os «cursos vocacionais uma oferta formativa do ensino básico, a par do ensino regular/básico geral», e em consequência, a retificação da deliberação desta órgão deliberativo, de 26 de setembro último, ponto 5.2 da respetiva ata, na parte respeitante aos encargos plurianuais decorrentes da concretização deste Plano de Transportes Escolares.--
Esta proposta foi presente e aprovada em sede de reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2014.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade, retificar a deliberação tomada na sessão de 26 de setembro de 2014, ponto 5.2 da respetiva ata, no tocante à assunção do compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com o Plano de Transportes Escolares do ano letivo em curso, pelos anos económicos de 2014 e 2015, os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2014 - 240.402,00 € (duzentos e quarenta mil e quatrocentos e dois euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

2 - Ano económico de 2015 - 399.878,00 € (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos e setenta e oito euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.18 - PROPOSTA DE INSTITUIÇÃO DO DIA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE, A ASSINALAR A 24 DE OUTUBRO - EXTRA-AGENDA

No âmbito da política de Igualdade de Género e de Oportunidades a que o Município da Figueira da Foz se associou, celebrando um Protocolo de Colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, participando com dois Conselheiros Locais para a Igualdade no Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade, e agora, aderindo à 13.ª Medida da Área Estratégica 1 - Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, a Divisão de Educação e Assuntos Sociais propõe a instituição do Dia Municipal para a Igualdade, a assinalar anualmente no dia 24 de outubro.-----
Esta proposta foi presente e aprovada em sede de reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2014.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, instituir o Dia Municipal para a Igualdade, a assinalar anualmente no dia 24 de outubro.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, Nuno Melo Biscaia, Jorge Bugalho Silva, Vitor Gonçalves Alemão, Vitor Santos Madaleno, José Matias Tavares e João Filipe Carronda, da Coligação Somos Figueira Ricardo Matos Querido, Vânia Duarte Batista, Paulo Querido Rodrigues, Carlos Cação Jesus, Filipe Humberto Dias e Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte e uma horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.----